

CÓDIGO CVM: 00332-8



**Chesf**

# **Proposta da Administração**

## **71ª AGO**



MINISTÉRIO DE  
MINAS E ENERGIA



Senhores Acionistas:

Em conformidade com as disposições legais vigentes e o Estatuto Social da Companhia, apresentamos a Proposta da Administração, com os esclarecimentos e documentos sobre os itens a serem deliberados em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 29 de abril de 2019.

**Item I – Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, relativos ao exercício de 2018.**

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, relativos ao exercício de 2018, estarão disponíveis na página da Companhia na Internet, [www.chesf.gov.br](http://www.chesf.gov.br), no link “Investidores” a partir do dia 27 de março de 2019. Os comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia encontram-se no **Anexo 01** do presente documento.

**Item II - Destinação do Resultado do Exercício.**

Em conformidade com a Legislação Societária e o Estatuto Social da Companhia, apresentamos a proposta de destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. As informações relativas ao ANEXO 9-1-II À IN CVM 481/09 encontram-se no **Anexo 02** deste documento. Parecer específico do Conselho Fiscal sobre a retenção de dividendo adicional/obrigatório, sob a forma de Reserva Especial, encontra-se no **Anexo 06**.

**Participação nos lucros e resultados:** Por tratar-se de obrigação construtiva decorrente de Acordo Coletivo de Trabalho, a Companhia, em observância às normas contábeis vigentes, consignou nestas Demonstrações Financeiras provisão para fazer frente à eventual obrigação, observadas as disposições da Lei nº 10.101, de 20/12/2000 e aprovação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, cujo pagamento deverá ser objeto de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas no montante de até R\$ 99,3 milhões.

**Item III - Eleição de membros para o Conselho de Administração e para o Conselho Fiscal e respectivos suplentes.**

Considerando a eleição de membros para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal, os candidatos indicados ou apoiados pela Administração ou pelos Acionistas Controladores encontram-se no **Anexo 03** (Conselho de Administração) e **Anexo 04** (Conselho Fiscal) do presente documento, assim como as informações indicadas nos itens 12.5/6 a 12.10 do Formulário de Referência.

**Item IV - Fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal e dos administradores da companhia.**

Em conformidade com o art. 12 da Instrução CVM nº 481/2009, apresentamos a proposta de remuneração anual global para os Administradores e Membros do Conselho Fiscal da Companhia para o período de abril de 2019 a março de 2020 no valor de R\$ 6.947.395,15, incluído neste valor os encargos. As informações do item 13 do Formulário de Referência encontram-se no **Anexo 05** deste documento.

Recife, 22 de março de 2019

A Administração

**COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA EM CUMPRIMENTO AO ART. 9º DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009**
**10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES**
**10.1 Os diretores devem comentar sobre:**
**a. condições financeiras e patrimoniais gerais**

A Companhia registrou no exercício de 2018 um lucro líquido de R\$ 265,9 milhões, representando uma redução de 74,5% em relação ao ano anterior.

A Companhia possui uma capacidade de alavancagem que garante seus investimentos e pode ser demonstrada com base no índice de alavancagem financeira, correspondente à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos e empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é obtido pela soma do patrimônio líquido com a dívida líquida, conforme demonstrado abaixo.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 estão a seguir sumarizados:

	R\$ mil		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Financiamentos, empréstimos e debêntures	1.650.334	2.244.315	2.204.009
(-) Caixa, Equivalente de Caixa e TVM	430.368	228.718	160.095
<b>Dívida líquida</b>	<b>1.219.966</b>	<b>2.015.597</b>	<b>2.043.914</b>
(+) Total do patrimônio líquido	15.394.444	13.856.372	12.597.856
<b>Total do capital</b>	<b>16.614.410</b>	<b>15.871.969</b>	<b>14.641.770</b>
Índice de alavancagem financeira	7,3%	12,7%	14,0%

A atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre capital total, apresenta um nível de alavancagem que atingiu 7,3% em 31/12/2018.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia e monitorada continuamente, a fim de assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos, e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Eventuais disponibilidades de caixa são aplicadas em fundos de investimentos, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esses fundos são compostos por títulos públicos custodiados na Cetip, não havendo exposição ao risco de contraparte.

**b. estrutura de capital**

A estrutura de capital decorre da escolha feita pela Companhia entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros para o financiamento de suas operações.

**Em 31 de dezembro de 2018** sua dívida bruta totalizou R\$ 1.650,3 milhões, 26,5% menor que os R\$ 2.244,3 milhões em 2017, dos quais 34,3% (R\$ 566,3 milhões) é de curto prazo e 65,7% (R\$ 1.084,0 milhões) de longo prazo. Toda a dívida da companhia é em moeda nacional. A posição do endividamento líquido apresentou no final de 2018 o saldo de R\$ 1.220,0 milhões.

**Em 31 de dezembro de 2017** sua dívida bruta totalizou R\$ 2.244,3 milhões, 1,8% maior que os R\$ 2.204,0 milhões em 2016, dos quais 55,4% (R\$ 1.244,0 milhões) é de curto prazo e 44,6%

(R\$ 1.000,3 milhões) de longo prazo. Toda a dívida da companhia é em moeda nacional. A posição do endividamento líquido apresentou no final de 2017 o saldo de R\$ 2.015,6 milhões.

**Em 31 de dezembro de 2016** a dívida bruta totalizou R\$ 2.204,0 milhões, 51,9% maior que os R\$ 1.450,6 milhões em 2015, dos quais 42,1% (R\$ 927,0 milhões) é de curto prazo e 57,9% (R\$ 1.277,0 milhões) de longo prazo. Toda a dívida da companhia é em moeda nacional. A posição do endividamento líquido apresentou no final de 2016 o saldo de R\$ 2.043,9 milhões.

Dívida	R\$ mil				
	2018	2017	2016	Δ% 2018 Vrs. 2017	Δ% 2017 Vrs. 2016
Curto prazo	566.328	1.243.969	926.973	(54,5)	34,2
Longo prazo	1.084.006	1.000.346	1.277.036	8,4	(21,7)
<b>Dívida Bruta Total</b>	<b>1.650.334</b>	<b>2.244.315</b>	<b>2.204.009</b>	<b>(26,5)</b>	<b>1,8</b>
(-) Caixa, equivalentes de caixa e TVM	430.368	228.718	160.095	88,2	42,9
<b>Dívida Líquida</b>	<b>1.219.966</b>	<b>2.015.597</b>	<b>2.043.914</b>	<b>(39,5)</b>	<b>(1,4)</b>

A estrutura de capital dos três últimos exercícios sociais está demonstrada a seguir:

	R\$ mil				
	2018	2017	2016	Δ% 2018 Vrs. 2017	Δ% 2017 Vrs. 2016
Capital Próprio	15.394.444	13.856.372	12.597.856	11,1	10,0
Capital de Terceiros	11.040.537	10.959.555	10.523.062	0,7	4,1
<b>Capital Total</b>	<b>26.434.981</b>	<b>24.815.927</b>	<b>23.120.918</b>	<b>6,5</b>	<b>7,3</b>

A evolução do indicador medido pela relação entre capital de terceiros e capital total mostra redução de 1,3 pontos percentuais entre 2016 e 2017, apontando 45,5% em 31/12/2016 e 44,2% em 31/12/2017. Já em 31/12/2018, o capital de terceiros passou a representar 41,8%, reduzindo 2,4 pontos percentuais em relação a 2017.

### c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

**Em 2018**, a geração de caixa operacional, representada pelo EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações), ajustado pela receita financeira, provisão para contingências, provisão *impairment*/contrato oneroso, provisão para perdas em investimentos, provisão para PIDV/PAE, outras provisões – FID foi de R\$ 717,9 milhões, enquanto que a despesa financeira bruta no mesmo período somou R\$ 279,5 milhões, 30,7% menor que em 2017 (R\$ 403,6 milhões) e a dívida bruta total estava em R\$ 1.650,3 milhões, 26,5% menor que em 2017 (R\$ 2.244,3 milhões).

**Em 2017**, a geração de caixa operacional, representada pelo EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações), ajustado pela receita financeira, provisão para contingências, provisão *impairment*/contrato oneroso, provisão para perdas em investimentos, provisão para PIDV/PAE, outras provisões – FID foi de R\$ 589,9 milhões, enquanto que a despesa financeira bruta no mesmo período somou R\$ 403,6 milhões, 51,0% maior que em 2016 (R\$ 267,3 milhões) e a dívida bruta total estava em R\$ 2.244,3 milhões, 1,8% maior que em 2016 (R\$ 2.204,0 milhões).

**Em 2016**, a geração de caixa operacional, representada pelo EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações), ajustado pela receita financeira, provisão para contingências, provisão *impairment*/contrato oneroso, provisão para perdas em investimentos,

provisão para PIDV foi de R\$ 760,4 milhões, enquanto que a despesa financeira bruta no mesmo período somou R\$ 267,3 milhões, 46,2% maior que em 2015 (R\$ 182,8 milhões) e a dívida bruta total estava em R\$ 2.204,0 milhões, 51,9% maior que em 2015 (R\$ 1.450,6 milhões).

Maiores detalhes sobre o perfil da dívida, vide alínea (f) deste item 10.1.

#### **d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas**

As principais fontes de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes utilizadas nos três últimos exercícios sociais foram compostas por recursos provenientes de sua geração operacional de caixa e pela obtenção de financiamentos junto a instituições financeiras, tais como, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste e BNDES.

Os recursos dos financiamentos obtidos pela Chesf têm sido usados para financiar a expansão de seus sistemas de geração e transmissão de energia elétrica em empreendimentos corporativos e por meio de participações em parcerias, através da constituição de Sociedades de Propósito Específico.

<b>Fontes de Financiamento - Recursos Recebidos no Exercício</b>			
	R\$ mil		
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Geração Operacional de Caixa (EBITDA)	717.932	589.864	760.427
Financiamentos, empréstimos e debêntures	482.116	656.134	652.974
<b>Total</b>	<b>1.200.048</b>	<b>1.245.998</b>	<b>1.413.401</b>

#### **e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Para a cobertura de eventuais deficiências de liquidez para o financiamento de capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes, a Companhia buscará a obtenção de empréstimos junto a instituições financeiras.

#### **f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda**

- i. **contratos de empréstimo e financiamento relevantes**
- ii. **outras relações de longo prazo com instituições financeiras**
- iii. **grau de subordinação entre as dívidas**
- iv. **eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

A composição do endividamento total da empresa está demonstrada a seguir:

**Endividamento Total**

	R\$ mil		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	249.474	423.355	313.138
Folha de pagamento	126	18.464	20.740
Tributos a recolher	704.224	216.290	116.183
Financiamentos e empréstimos	555.721	1.090.875	926.973
Remuneração aos acionistas	158.680	30.600	-
Outras provisões operacionais	99.304	103.738	106.552
Obrigações estimadas	128.573	139.817	161.861
Incentivo ao Desligamento - PIDV/PAE	100.672	55.642	36.029
Benefícios pós-emprego	116.042	151.616	27.727
Encargos setoriais	135.205	144.579	73.784
Debêntures	10.607	153.094	
Outros	74.363	83.149	232.203
	<b>2.332.991</b>	<b>2.611.219</b>	<b>2.015.190</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Tributos a recolher	20.368	21.137	20.477
Passivos fiscais diferidos	3.165.745	3.331.821	3.254.553
Financiamentos e empréstimos	942.480	1.000.346	1.277.036
Benefícios pós-emprego	974.667	973.514	1.391.907
Incentivo ao Desligamento - PIDV/PAE	35.305	20.691	37.050
Encargos setoriais	408.147	361.790	344.254
Provisões para contingências	2.715.332	2.298.304	1.839.391
Provisão contrato oneroso	215.288	184.587	279.907
Obrigações vinculadas à Concessão	55.693	57.381	59.042
Debêntures	141.526	-	-
Outros	32.995	98.765	4.255
	<b>8.707.546</b>	<b>8.348.336</b>	<b>8.507.872</b>
<b>CAPITAL DE TERCEIROS</b>	<b>11.040.537</b>	<b>10.959.555</b>	<b>10.523.062</b>

As principais informações a respeito dos financiamentos e empréstimos da Companhia estão demonstradas a seguir:

a) Composição

	31/12/2018				31/12/2017	31/12/2016	
	Circulante		Total	Não Circulante	Total	Total	Total
	Principal	Encargos		Principal			
Eletrobras	228.656	-	228.656	42.438	271.094	838.125	698.735
Banco do Brasil	103.449	43	103.492	17.241	120.733	224.217	256.454
Banco do Nordeste	45.473	2.450	47.923	156.880	204.803	117.675	158.538
Caixa Econômica	100.000	1.170	101.170	87.500	188.670	339.803	456.249
BNDES	66.866	1.380	68.246	438.421	506.667	571.401	634.033
SAFRA	-	6.234	6.234	200.000	206.234	-	-
<b>Total</b>	<b>544.444</b>	<b>11.277</b>	<b>555.721</b>	<b>942.480</b>	<b>1.498.201</b>	<b>2.091.221</b>	<b>2.204.009</b>

Com relação aos empréstimos com a **Eletrobras**, neste exercício foi contratado empréstimo no montante de R\$ 155,0 milhões de janeiro de 2018, dos quais R\$ 152,1 milhões em moeda e R\$ 2,9 milhões obtidos mediante encontro de contas, para investimentos corporativos da Companhia e aportes em SPEs, no qual incidem juros equivalentes a 7,03% a.a. com reajuste anual do saldo devedor pelo IPCA. Este contrato será amortizado em 12 (doze) parcelas mensais, sendo a primeira no dia 30 do mês subsequente ao término da carência, que ocorreu em abril de 2018. Está garantido por recursos referentes a transmissão (Rede Básica do Sistema Existente – RBSE). Em 31/12/2018 o saldo deste contrato é de R\$ 55,7 milhões.

A Companhia possui ainda contratos com a Eletrobras, com saldo de R\$ 316,8 milhões em 31/12/2018 (R\$ 266,6 milhões em 2017). Para o montante de R\$ 127,3 milhões incidem juros equivalentes a 7,57% a.a. com reajuste anual do saldo devedor pelo IPCA. Para o montante de R\$ 189,3 milhões, incidem juros equivalentes a CDI acrescidos de 5,54% a.a. e o saldo de R\$ 172 mil, indexado pelo IPCA, com taxa de juros de 7,2% a.a. O pagamento do principal destes dois últimos empréstimos foi suspenso até 31/12/2018 por meio da Resolução da Diretoria da Eletrobras nº RES-036/2018, de 15/01/2018, que trata do processo de Dação em Pagamento de ações de titularidade da Chesf em SPEs.

No exercício, a Companhia quitou obrigações financeiras advindas do serviço da dívida no montante de R\$ 1.089,5, destes, R\$ 479,0 mediante pagamentos e R\$ 610,5 milhões através de transferência de determinadas participações acionárias detidas pela Chesf em sociedades de propósito específico, para a Eletrobras. Esta operação tem por objetivo promover a quitação de dívidas da Companhia com a Eletrobras e diminuir sua alavancagem financeira.

O empréstimo junto ao **Banco do Brasil** destinou-se, exclusivamente, a garantir a provisão de fundos da conta corrente de depósitos. Está garantido por Cédula de Crédito Bancário emitido contra a Eletrobras.

Os empréstimos junto ao **Banco do Nordeste** estão garantidos por recebíveis representados por duplicatas registradas em cobrança no montante equivalente de 3 a 6 prestações de amortização do financiamento, mais um fundo de liquidez em conta reserva a título de garantia complementar, equivalente a 3 prestações de amortização.

O empréstimo junto a **Caixa Econômica Federal**, destinou-se a constituição de capital de giro e está garantido por Cédula de Crédito Bancário emitido contra a Eletrobras e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da totalidade das Receitas Anuais de Geração – RAG, das Usinas do Complexo de Paulo Afonso, Usina de Funil e Usina da Pedra durante o prazo da operação.

Os financiamentos junto ao **BNDES** destinam-se a implantação das obras de ampliação, reforços, melhorias e modernização da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, sob responsabilidade da Chesf, para implantação de projetos e programas de Investimentos Sociais de Empresas (ISE), bem como para aquisição de máquinas e equipamentos nacionais que se enquadrem nos critérios da Agência Especial de Financiamento Industrial – Finame, tendo como garantias a cessão fiduciária dos direitos creditórios da Receita Anual de Geração - RAG, a que a beneficiária tem direito pela disponibilização da Garantia Física e de Potência das Usinas Hidroelétricas Luiz Gonzaga (Itaparica), Boa Esperança (Castelo Branco) e Xingó, e Fiança da Eletrobras. Estes financiamentos serão amortizados em até 168 parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira na data na formalização do aditivo aos respectivos contratos e a última no dia 15/06/2029.

b) Composição dos financiamentos e empréstimos por tipo de moeda e indexador:

	R\$ mil					
	31/12/2018		31/12/2017		31/12/2016	
	RS	%	RS	%	RS	%
Sem Indexador	378.344	23,65%	334.309	15,99%	419.678	19,04%
IPCA	183.146	11,45%	122.491	5,86%	215	0,01%
CDI	704.937	44,07%	1.271.898	60,82%	1.394.235	63,26%
TJLP	333.126	20,83%	362.523	17,34%	389.881	17,69%
<b>Total</b>	<b>1.599.553</b>	<b>100,01%</b>	<b>2.091.221</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.204.009</b>	<b>100,00%</b>
Principal	1.486.924	99,25%	2.075.872	99,27%	2.188.978	99,32%
Encargos	11.277	0,75%	15.349	0,73%	15.031	0,68%
<b>Total</b>	<b>1.498.201</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.091.221</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.204.009</b>	<b>100,00%</b>

c) O valor principal dos financiamentos e empréstimos a longo prazo, no montante de R\$ 942.480 mil (R\$ 1.000.346 mil, em 2017, e R\$ 1.277.036 mil, em 2016), tem seus vencimentos assim programados:

	R\$ mil		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
2020	224.806	396.630	718.036
2021	173.980	196.508	130.911
2022	128.543	104.149	96.336
2023	119.914	66.649	58.836
2024	70.688	63.712	58.836
Após 2024	224.549	172.698	214.081
<b>Total</b>	<b>942.480</b>	<b>1.000.346</b>	<b>1.277.036</b>

**g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

Os limites dos financiamentos contratados pela Companhia e os percentuais já utilizados dos mesmos, são os demonstrados a seguir:

Credor	Contrato	2018			2017		
		Valor Contratado	Valor Utilizado	Percentual de Utilização	Valor Contratado	Valor Utilizado	Percentual de Utilização
		(R\$ mil)	(R\$ mil)		(R\$ mil)	(R\$ mil)	
BB	Nº 306.401.146	500.000	500.000	100,00%	500.000	500.000	100,00%
CEF	Nº 15.3515.763.00000001/06	400.000	400.000	100,00%	400.000	400.000	100,00%
CEF	Nº 15.3515.763.00000002/97	200.000	200.000	100,00%	200.000	200.000	100,00%
BNDES	Nº 13.2.1148.1	727.560	419.596	57,67%	727.560	419.596	57,67%
BNDES	Nº 13.2.1149.1	475.454	265.538	55,85%	475.454	265.538	55,85%
BNB	Nº 44.2009.6427.2237	32.576	15.573	47,81%	32.576	15.573	47,81%
BNB	Nº 44.2010.645.2809	4.865	2.433	50,00%	4.865	2.433	50,00%
BNB	Abertura de Crédito	388.998	388.998	100,00%	388.998	388.998	100,00%
BNB	Nº 44.2017.1063.16994	158.420	134.793	85,09%	158.420	0	0,00%
BNB	Nº 44.2018.1041.19120	155.817	0	0,00%	0	0	0,00%
<b>TOTAL</b>		<b>3.043.690</b>	<b>2.326.931</b>	<b>76,45%</b>	<b>2.887.873</b>	<b>2.192.138</b>	<b>75,91%</b>



### BALANÇO PATRIMONIAL

(em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	Análise Vertical (%)			Análise Horizontal (%)	
				2018	2017	2016	2018 Vrs. 2017	2017 Vrs. 2016
<b>ATIVO</b>								
<b>CIRCULANTE</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	276.986	181.262	140.399	1,05	0,73	0,61	52,81	29,10
Títulos e valores mobiliários	153.382	47.456	19.696	0,58	0,19	0,09	223,21	140,94
Clientes	838.904	588.382	387.478	3,17	2,37	1,68	42,58	51,85
Tributos a recuperar	615.352	88.328	105.437	2,33	0,36	0,46	596,67	(16,23)
Cauções e depósitos vinculados	30.683	26.934	15.561	0,12	0,11	0,07	13,92	73,09
Almoxarifado	72.809	67.347	76.647	0,28	0,27	0,33	8,11	(12,13)
Serviços em curso	321.557	250.830	190.169	1,22	1,01	0,82	28,20	31,90
Ativo financeiro - concessões de serviço público	2.210.630	2.210.158	1.314.991	8,36	8,91	5,69	0,02	68,07
Dividendos a receber	19.704	14.084	62.548	0,07	0,06	0,27	39,90	(77,48)
FachesfSaúde Mais	35.182	65.859	8.448	0,13	0,27	0,04	(46,58)	679,58
Outros	331.411	126.358	121.058	1,25	0,51	0,52	162,28	4,38
	<b>4.906.600</b>	<b>3.666.998</b>	<b>2.442.432</b>	<b>18,56</b>	<b>14,78</b>	<b>10,56</b>	<b>33,80</b>	<b>50,14</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>								
<b>Realizável a Longo Prazo</b>								
Clientes	8.413	13.397	368	0,03	0,05	-	(37,20)	3.540,49
Valores a receber - Lei nº 12.783/2013	487.822	487.822	487.822	1,85	1,97	2,11	-	-
Títulos e valores mobiliários	193	958	1.639	-	-	0,01	(79,85)	(41,55)
Tributos a recuperar	202.176	377.319	389.889	0,76	1,52	1,69	(46,42)	(3,22)
Cauções e depósitos vinculados	627.007	660.351	1.120.173	2,37	2,66	4,84	(5,05)	(41,05)
Serviços em curso	-	-	75.000	-	-	0,32	-	(100,00)
Ativo financeiro - concessões de serviço público	12.993.589	11.885.473	11.120.735	49,15	47,89	48,10	9,32	6,88
FachesfSaúde Mais	-	-	78.636	-	-	0,34	-	(100,00)
Adiantamento a investidas	275.529	478.000	456.355	1,04	1,93	1,97	(42,36)	4,74
Outros	30.602	36.282	29.612	0,12	0,15	0,13	(15,66)	22,52
	<b>14.625.331</b>	<b>13.939.602</b>	<b>13.760.229</b>	<b>55,33</b>	<b>56,17</b>	<b>59,51</b>	<b>4,92</b>	<b>1,30</b>
<b>Investimentos</b>	4.967.077	5.439.897	5.291.992	18,79	21,92	22,89	(8,69)	2,79
<b>Imobilizado</b>	1.840.042	1.711.542	1.565.595	6,96	6,90	6,77	7,51	9,32
<b>Intangível</b>	95.931	57.888	60.670	0,36	0,23	0,26	65,72	(4,59)
	<b>21.528.381</b>	<b>21.148.929</b>	<b>20.678.486</b>	<b>81,44</b>	<b>85,22</b>	<b>89,44</b>	<b>1,79</b>	<b>2,28</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>26.434.981</b>	<b>24.815.927</b>	<b>23.120.918</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>6,52</b>	<b>7,33</b>

**BALANÇO PATRIMONIAL**

(em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	Análise Vertical (%)			Análise Horizontal (%)	
				2018	2017	2016	2018 Vrs. 2017	2017 Vrs. 2016
<b>PASSIVO E PL</b>								
<b>CIRCULANTE</b>								
Fornecedores	249.474	423.355	313.138	0,94	1,71	1,35	(41,07)	35,20
Folha de pagamento	126	18.464	20.740	-	0,07	0,09	(99,32)	(10,97)
Tributos a recolher	704.224	216.290	116.183	2,66	0,87	0,50	225,59	86,16
Financiamentos e empréstimos	555.721	1.090.875	926.973	2,10	4,40	4,01	(49,06)	17,68
Remuneração aos acionistas	158.680	30.600	-	0,60	0,12	-	418,56	-
Outras provisões operacionais	99.304	103.738	106.552	0,38	0,42	0,46	(4,27)	(2,64)
Obrigações estimadas	128.573	139.817	161.861	0,49	0,56	0,70	(8,04)	(13,62)
Incentivo ao Desligamento - PIDV / PAE	100.672	55.642	36.029	0,38	0,22	0,16	80,93	54,44
Benefícios pós-emprego	116.042	151.616	27.727	0,44	0,61	0,12	(23,46)	446,82
Encargos setoriais	135.205	144.579	73.784	0,51	0,58	0,32	(6,48)	95,95
Debêntures	10.607	153.094	-	0,04	0,62	-	(93,07)	-
Outros	74.363	83.149	232.203	0,28	0,34	1,00	(10,57)	(64,19)
	<b>2.332.991</b>	<b>2.611.219</b>	<b>2.015.190</b>	<b>8,83</b>	<b>10,52</b>	<b>8,72</b>	<b>(10,66)</b>	<b>29,58</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				-	-	-	-	-
Tributos a recolher	20.368	21.137	20.477	0,08	0,09	0,09	(3,64)	3,22
Passivos fiscais diferidos	3.165.745	3.331.821	3.254.553	11,98	13,43	14,08	(4,98)	2,37
Financiamentos e empréstimos	942.480	1.000.346	1.277.036	3,57	4,03	5,52	(5,78)	(21,67)
Benefícios pós-emprego	974.667	973.514	1.391.907	3,69	3,92	6,02	0,12	(30,06)
Incentivo ao Desligamento - PIDV / PAE	35.305	20.691	37.050	0,13	0,08	0,16	70,63	(44,15)
Encargos setoriais	408.147	361.790	344.254	1,54	1,46	1,49	12,81	5,09
Provisões para contingências	2.715.332	2.298.304	1.839.391	10,27	9,26	7,96	18,15	24,95
Provisão contrato oneroso	215.288	184.587	279.907	0,81	0,74	1,21	16,63	(34,05)
Obrigações vinculadas à Concessão	55.693	57.381	59.042	0,21	0,23	0,26	(2,94)	(2,81)
Debêntures	141.526	-	-	0,54	-	-	-	-
Outros	32.995	98.765	4.255	0,12	0,40	0,02	(66,59)	2.221,15
	<b>8.707.546</b>	<b>8.348.336</b>	<b>8.507.872</b>	<b>32,94</b>	<b>33,64</b>	<b>36,80</b>	<b>4,30</b>	<b>(1,88)</b>
<b>P. LÍQUIDO</b>				-	-	-	-	-
Capital social	9.753.953	9.753.953	9.753.953	36,90	39,31	42,19	-	-
Reservas de capital	4.916.199	4.916.199	4.916.199	18,60	19,81	21,26	-	-
Reservas de lucros	2.354.453	746.160	-	8,91	3,01	-	215,54	-
Outros resultados abrangentes	(1.649.160)	(1.576.803)	(1.820.879)	(6,24)	(6,35)	(7,88)	4,59	(13,40)
Lucros/Prejuízos acumulados	-	-	(267.407)	-	-	(1,16)	-	(100,00)
	<b>15.375.445</b>	<b>13.839.509</b>	<b>12.581.866</b>	<b>58,16</b>	<b>55,77</b>	<b>54,42</b>	<b>11,10</b>	<b>10,00</b>
Participação de não controladores	18.999	16.863	15.990	0,07	0,07	0,07	12,67	5,46
	<b>15.394.444</b>	<b>13.856.372</b>	<b>12.597.856</b>	<b>58,24</b>	<b>55,84</b>	<b>54,49</b>	<b>11,10</b>	<b>9,99</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PL</b>	<b>26.434.981</b>	<b>24.815.927</b>	<b>23.120.918</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>6,52</b>	<b>7,33</b>



Apresentamos a seguir uma comparação das variações significativas ocorridas em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016:

## **ATIVO**

### **Ativo Circulante**

Apresentou aumento de 33,80%, passando de R\$ 3.666.998 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 4.906.600 mil em 31 de dezembro de 2018. As principais variações foram:

#### Caixa e Equivalentes de Caixa

Aumento de 52,81% no caixa e equivalentes de caixa, que passou de R\$ 181.262 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 276.986 mil em 31 de dezembro de 2018.

#### Títulos e Valores Mobiliários

Aumento de 223,21% nos títulos e valores mobiliários, que passou de R\$ 47.456 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 153.382 mil em 31 de dezembro de 2018, passando a representar 0,58% do ativo total em 2018, sendo em 2017 e 2016, 0,19% e 0,01%, respectivamente.

#### Clientes

Aumento de 42,58%, que passou de R\$ 588.382 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 838.904 mil em 31 de dezembro de 2018.

#### Tributos a Recuperar

Aumento de 596,67%, que passou de R\$ 88.328 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 615.352 mil em 31 de dezembro de 2018.

#### Cauções e Depósitos Vinculados

Aumento de 13,92%, que passou de R\$ 26.934 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 30.683 mil em 31 de dezembro de 2018. As cauções no ativo circulante são principalmente compostas por garantias contratuais.

#### Ativo Financeiro - Concessões de Serviço Público

Aumento de 0,02% no ativo financeiro, que passou de R\$ 2.210.158 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 2.210.630 mil em 31 de dezembro de 2018, passando a representar 8,36% do ativo total em 2018, sendo em 2017 e 2016, 8,91% e 5,69%, respectivamente.

### **Ativo Não Circulante**

O ativo não circulante apresentou um aumento de 1,79%, passando de R\$ 21.148.929 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 21.528.381 mil em 31 de dezembro de 2018. As principais variações foram:

#### Realizável a Longo Prazo: Clientes

Aumento na rubrica de clientes, que passou de R\$ 13.397 mil em 2017 para R\$ 8.413 mil em 2018.

Realizável a Longo Prazo: Cauções e Depósitos Vinculados

Redução de 5,05% nas cauções e depósitos vinculados, passando de R\$ 660.351 mil em 2017 para R\$ 627.007 mil em 2018.

Realizável a Longo Prazo: Ativo Financeiro - Concessões de Serviço Público

Aumento de 9,32%, passando de R\$ 11.885.473 mil em 2017 para R\$ 12.993.589 mil em 2018.

Realizável a Longo Prazo: Adiantamento a Investidas

Redução de 42,36%, passando de R\$ 478.000 mil em 2017 para R\$ 275.529 mil em 2018.

Investimentos

Apresentou redução de 8,69%, que passou de R\$ 5.439.897 mil em 2017 para R\$ 4.967.077 mil em 2018, representando 18,79 % de participação no ativo total da Companhia, sendo 21,92 % em 2017, e 22,89% em 2016. Os aumentos de capital realizados em Sociedades de Propósito Específico atingiram os montantes de R\$ 769,9 milhões em 2016, R\$ 497,0 milhões em 2017 e R\$ 560,4 milhões em 2018.

**PASSIVO**

**Passivo Circulante**

O saldo do passivo circulante reduziu 10,66%, passando de R\$ 2.611.219 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 2.332.991 mil em 31 de dezembro de 2018. As principais variações no passivo circulante foram as seguintes:

Fornecedores

Redução de 41,07% na conta de fornecedores, passando de R\$ 423.355 mil em 2017 para R\$ 249.474 mil em 2018.

Tributos a recolher

Aumento de 225,59% em tributos a recolher, passando de R\$ 216,290 mil em 2017 para R\$ 704.224 mil em 2018.

Financiamentos e Empréstimos

Redução de 49,06% na rubrica de financiamentos e empréstimos, passando de R\$ 1.090.875 mil, em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 555.721 mil, em 31 de dezembro de 2018, decorrente da quitação de empréstimos junto a Eletrobras mediante a dação de SPEs em pagamento de dívida.

Incentivo ao Desligamento – PIDV/PAE

Aumento de 80,93% na rubrica, passando de R\$ 55.642 mil, em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 100.672 mil, em 31 de dezembro de 2018, decorrente, basicamente, da implementação do Plano de Aposentadoria Extraordinária – PAE.

Benefícios Pós-Emprego

Redução de 23,46% na rubrica, passando de R\$ 151.616 mil, em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 116.042 mil, em 31 de dezembro de 2018.

## **Passivo Não Circulante**

O saldo do passivo não circulante apresentou aumento de 4,30%, passando de R\$ 8.348.336 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 8.707.546 mil em 31 de dezembro de 2018. As principais variações no passivo não circulante foram as seguintes:

### *Passivos Fiscais Diferidos*

A rubrica representa 11,98% do passivo total em 2018 e teve redução de 4,98% em relação a 2017, passando de R\$ 3.331.821 mil para R\$ 3.165.745 mil. Tal efeito decorre dos débitos fiscais relativos ao imposto de renda da pessoa jurídica e à contribuição social sobre o lucro líquido provenientes de diferenças temporárias.

### *Incentivo ao Desligamento*

Aumento de 70,63% na rubrica *Incentivo ao Desligamento* no passivo não circulante, cujo montante registrado é de R\$ 35.305 mil (R\$ 20.691 mil, em 2017).

### *Encargos Setoriais*

Aumento de 12,81% na rubrica *Encargos Setoriais* no passivo não circulante, cujo montante registrado é de R\$ 408.147 mil (R\$ 361.790 mil, em 2017).

### *Provisões para Contingências*

A rubrica representa 10,27% do passivo total (9,26% em 2017) e aumentou 18,15% em 2018, passando de R\$ 2.298.304 mil, em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 2.715.332 mil, em 31 de dezembro de 2018, esta variação é decorrente do registro de novos processos judiciais cíveis e da atualização de processos existentes.

## **PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O patrimônio líquido apresentou aumento de 11,10%, passando de R\$ 13.856.372 mil, em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 15.394.444 mil, em 31 de dezembro de 2018, em decorrência do lucro líquido apurado no valor de R\$ 265,9 mil, e dos impactos do registro da mensuração dos ativos da concessão pelo IFRS 15 (CPC 47), no valor de R\$ 1.499.145 mil.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO**

(em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	Análise Vertical (%)			Análise Horizontal (%)	
				2018	2017	2016	2018 Vrs. 2017	2017 Vrs. 2016
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	5.788.568	5.753.685	13.451.447	100,00	100,00	100,00	0,61	(57,23)
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(996.309)	(827.624)	(711.757)	(17,21)	(14,38)	(5,29)	20,38	16,28
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<b>4.792.259</b>	<b>4.926.061</b>	<b>12.739.690</b>	<b>82,79</b>	<b>85,62</b>	<b>94,71</b>	<b>(2,72)</b>	<b>(61,33)</b>
CUSTO OPERACIONAL								
Custo com energia elétrica								
Energia elétrica comprada para revenda	(267.126)	(311.103)	(342.197)	(4,61)	(5,41)	(2,54)	(14,14)	(9,09)
Encargos de uso da rede de transmissão	(612.767)	(634.616)	(673.051)	(10,59)	(11,03)	(5,00)	(3,44)	(5,71)
Custo de operação								
Pessoal, material e serviços de terceiros	(577.756)	(561.569)	(486.866)	(9,98)	(9,76)	(3,62)	2,88	15,34
Combustíveis para a produção de energia	-	-	(7.803)	-	-	(0,06)	-	(100,00)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(6.569)	(5.749)	(9.332)	(0,11)	(0,10)	(0,07)	14,26	(38,39)
Depreciação e amortização	(32.016)	(30.654)	(32.098)	(0,55)	(0,53)	(0,24)	4,44	(4,50)
Provisão (reversão) contrato oneroso	(30.701)	95.320	(32.895)	(0,53)	1,66	(0,24)	(132,21)	(389,77)
Outros	(96.465)	(34.556)	37.635	(1,67)	(0,60)	0,28	179,16	(191,82)
	<b>(1.623.400)</b>	<b>(1.482.927)</b>	<b>(1.546.607)</b>	<b>(28,04)</b>	<b>(25,77)</b>	<b>(11,50)</b>	<b>9,47</b>	<b>(4,12)</b>
CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO A TERCEIROS	(1.651)	(636)	(2.346)	(0,03)	(0,01)	(0,02)	159,59	(72,89)
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	(835.002)	(620.834)	(582.833)	(14,43)	(10,79)	(4,33)	34,50	6,52
CUSTO DE MELHORIA	(29.845)	-	-	(0,52)	-	-	-	-
LUCRO BRUTO	<b>2.302.361</b>	<b>2.821.664</b>	<b>10.607.904</b>	<b>39,77</b>	<b>49,04</b>	<b>78,86</b>	<b>(18,40)</b>	<b>(73,40)</b>
DESPESAS OPERACIONAIS	(1.522.164)	(1.318.736)	(4.104.956)	(26,30)	(22,92)	(30,52)	15,43	(67,87)
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	<b>780.197</b>	<b>1.502.928</b>	<b>6.502.948</b>	<b>13,48</b>	<b>26,12</b>	<b>48,34</b>	<b>(48,09)</b>	<b>(76,89)</b>
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	42.669	(27.167)	456.751	0,74	(0,47)	3,40	(257,06)	(105,95)
RESULTADO FINANCEIRO	(48.002)	(250.249)	14.881	(0,83)	(4,35)	0,11	(80,82)	(1.781,67)
Resultado Operacional	<b>774.864</b>	<b>1.225.512</b>	<b>6.974.580</b>	<b>13,39</b>	<b>21,30</b>	<b>51,85</b>	<b>(36,77)</b>	<b>(82,43)</b>
Imposto de renda e contribuição social	(508.922)	(181.463)	(2.989.197)	(8,79)	(3,15)	(22,22)	180,45	(93,93)
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	<b>265.942</b>	<b>1.044.049</b>	<b>3.985.383</b>	<b>4,59</b>	<b>18,15</b>	<b>29,63</b>	<b>(74,53)</b>	<b>(73,80)</b>
RESULTADO ATRIBUÍVEL AOS CONTROLADORES	<b>267.781</b>	<b>1.044.167</b>	<b>3.985.275</b>	<b>4,63</b>	<b>18,15</b>	<b>29,63</b>	<b>(74,35)</b>	<b>(73,80)</b>
RESULTADO ATRIBUÍVEL AOS NÃO CONTROLADORES	(1.839)	(118)	108	(0,03)	-	-	1.458,47	(209,26)
Lucro/Prejuízo básico por ação (R\$)	4,79	18,68	71,29	-	-	-	(74,35)	(73,80)

A análise horizontal das variações significativas ocorridas nas contas de resultado está discriminada no item 10.2, logo a seguir, em razão de existir item específico para análise das variações de resultado.

**a. resultados das operações do emissor, em especial**

**i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

**Receitas Operacionais**

As receitas da Chesf derivam da geração e transmissão de energia elétrica, conforme abaixo discriminado:

As receitas da atividade de **GERAÇÃO** derivam do suprimento e fornecimento de energia para as empresas de distribuição, industriais e consumidores livres e são registradas com base nos contratos de venda de energia. Essas receitas remuneram os investimentos não indenizados, a operação e a manutenção das usinas. Para as concessões de geração prorrogadas nos termos da Lei n.º 12.783/2013, houve uma mudança nas condições do contrato de concessão, onde as receitas para essas usinas foram estabelecidas para sua operação e manutenção.

Com relação a Receita de **TRANSMISSÃO**, a Receita Anual Permitida - RAP definida no Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, refere-se ao valor autorizado pela Aneel, mediante resolução, a ser auferido pela Companhia pela disponibilização das instalações do seu Sistema de Transmissão. É composta pela parcela referente às instalações da Rede Básica mais as parcelas referentes às demais instalações de transmissão e conexões. De acordo com o primeiro termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 061/2001, a RAP desse contrato será reajustada pelo IPCA, em substituição ao IGP-M, e passará por revisões tarifárias a cada 5 anos, alterando a determinação anterior, vigente até a prorrogação da sua concessão, que previa revisões tarifárias a cada 4 anos. Nas novas concessões, obtidas em Leilões Públicos de Transmissão, a receita corresponderá ao valor indicado nos lances, sendo fixa e reajustada anualmente pelo IPCA ao longo do período de concessão e está sujeita, também, a revisões tarifárias a cada cinco anos, durante os 30 anos de duração da concessão.

**Outras Receitas Operacionais**

Outras receitas operacionais são provenientes da prestação de serviços e de receitas resultantes de arrendamentos e aluguéis.

**Deduções da Receita Operacional**

Os tributos incidentes sobre a receita da Chesf consistem no ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços), ISS (Imposto sobre Serviços), PIS/PASEP (Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) e o COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

Outras deduções da receita bruta são os encargos setoriais, que compreendem a Reserva Global de Reversão – RGR, Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, contribuições ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e demais encargos similares cobrados dos participantes do setor elétrico. Os encargos setoriais são calculados de acordo com fórmulas estabelecidas pela Aneel, as quais diferem de acordo com o tipo de encargo, e assim não existe correlação direta entre as receitas e os encargos setoriais.

A partir do exercício de 2013, com a Lei nº 12.783/2013, a compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFRH) relativa às usinas hidrelétricas que tiveram sua concessão prorrogada, passaram a ser recolhidas pela Companhia e arrecadadas das distribuidoras por meio de seu faturamento.

## Cenário Econômico

### Condições Macroeconômicas Brasileiras

**Em 2016**, a atividade econômica registrou nova contração de 3,6% do PIB. O investimento e o consumo das famílias apresentaram recuo, entretanto, a consequente ociosidade da capacidade produtiva da indústria abre caminho para a expectativa de algum crescimento em 2017, ainda que a recuperação do investimento seja lenta. Essa ociosidade vem repercutindo de maneira dura no mercado de trabalho, tendo a taxa de desemprego encerrado no quarto trimestre de 2016 em 11,5%, contra fechamento de 8,5% em 2015. A inflação, medida pelo IPCA, encerrou o ano acumulada em 6,29%, decorrente do freio no consumo e no investimento pela perda do dinamismo da economia que atenuou a pressão sobre os preços.

**O ano de 2017** foi caracterizado, conforme carta de conjuntura de dezembro do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), por um processo contínuo de recuperação cíclica da economia brasileira. A produção, cuja trajetória havia encerrado 2016 de maneira instável, apresentou crescimento em todos os trimestres de 2017. No mesmo sentido, a inflação recuou fortemente ao longo do ano, voltando a crescer, em patamares confortáveis, apenas no último bimestre.

**No ano de 2018**, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a economia brasileira foi caracterizada por um processo ainda pouco vigoroso de recuperação. A produção manteve a trajetória verificada em 2017, apontando para uma retomada da estabilidade ao registrar crescimento, ainda que modesto, em todos os trimestres de 2018. No mesmo sentido, a inflação também encerrou o ano em um patamar confortável (3,75%), abaixo do centro da meta, apesar de ter crescido em relação aos 2,95% registrados no fechamento de 2017.

A atividade econômica, após dois anos consecutivos de contração e uma tímida recuperação de 1% em 2017, deve registrar crescimento de 1,3% de acordo com o Banco Central do Brasil, bem abaixo da estimativa de 2,6% divulgada pela mesma instituição no início de 2018. No cerne dessa frustração estão os efeitos da greve dos caminhoneiros ocorrida no segundo trimestre e a incerteza gerada pelas eleições presidenciais quanto às agendas política e econômica a serem adotadas pelo novo governo.

No mercado de trabalho, a estimativa de encerramento de 2018 para taxa média de desemprego é de 12,4%, indicando uma recuperação em relação aos 12,7% registrados em 2017. No entanto, essa melhora está sendo puxada pelo aumento da informalidade, tendo o número de empregados sem carteira assinada crescido 5,9% no ano de acordo com o IBGE. Deve-se considerar, ainda, o viés causado pelo volume de empregos temporários gerados durante o período eleitoral.

A inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), registrou crescimento em relação a 2017, passando de 2,95% para 3,75%. Este patamar, no entanto, é compatível com a expectativa do mercado, que era de 3,69%, e está abaixo do centro da meta estabelecida pelo Banco Central do Brasil (4,5%). O aumento foi pressionado, em especial, pela alta de 7,24% na gasolina e de 8,7% na energia elétrica, tendo a bandeira tarifária vermelha vigorado por cinco meses até novembro, quando teve início o período chuvoso.

No setor elétrico, conforme estabelecido pela Resolução Homologatória nº 2.421/2018 da ANEEL, a Receita Anual de Geração (RAG) das usinas cujas concessões foram renovadas nos termos da Lei nº 12.783/2013 passaram a incluir a parcela destinada a cobrir gastos com melhorias a serem executadas nas instalações de geração (GAG Melhoria), acrescentando R\$ 678,3 milhões à receita da CHESF no ciclo 2018-2019. Adicionalmente, a Portaria nº 420/2018 do Ministério de Minas e Energia extinguiu a concessão da Usina Termelétrica de Camaçari, dispensando a reversão dos bens a ela vinculados.



Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, os principais fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia foram os seguintes:

**No ano de 2018**, a Companhia registrou um lucro de R\$ 265,9 milhões, representando uma redução de 74,5% em relação ao ano anterior. Esta variação é decorrente do reconhecimento em 2017 da reversão de provisão de impairment e contrato oneroso de R\$ 875,4 milhões.

**No ano de 2017**, a Companhia registrou um lucro de R\$ 1.044,0 milhões, representando uma redução de 73,8% em relação ao ano anterior. Esta variação é decorrente do reconhecimento em 2016, dos valores homologados pela Aneel, relativos aos ativos de transmissão das instalações denominadas de Rede Básica do Sistema Existente – RBSE, em maio de 2000, não amortizados e/ou não depreciados até 31 de dezembro de 2012, conforme determinação do Ministério das Minas e Energia por meio da Portaria nº 120/2016, relativo aos ativos previstos no artigo 15, parágrafo 2º, da Lei nº 12.783/2013.

**No ano de 2016**, a Companhia registrou um lucro de R\$ 3.985,4 milhões, contra um prejuízo de R\$ 476,0 milhões em 2015. Este resultado foi principalmente decorrente do reconhecimento dos valores homologados pela Aneel, relativos aos ativos de transmissão das instalações denominadas de Rede Básica do Sistema Existente – RBSE, em maio de 2000, não amortizados e/ou não depreciados até 31 de dezembro de 2012, conforme determinação do Ministério das Minas e Energia por meio da Portaria nº 120/2016, relativo aos ativos previstos no artigo 15, parágrafo 2º, da Lei nº 12.783/2013.

**No ano de 2018**, a Companhia registrou um resultado financeiro negativo de R\$ 48 milhões, o que representa uma variação de R\$ 202,2 milhões em relação a 2017, decorrente principalmente da redução das aplicações financeiras e das variações monetárias e acréscimos moratórios – energia vendida, bem como do aumento dos encargos de dívida dos empréstimos e financiamentos. Já em 2017 foi registrado um resultado financeiro negativo de R\$ 250,2 milhões e em 2016, foi registrado resultado financeiro positivo de R\$ 14,9 milhões.

	(R\$ milhões)		
	2018	2017	2016
<b>Receitas (despesas) financeiras</b>			
Resultado de aplicações financeiras	28,7	32,0	58,4
Variações monetárias e acréscimos moratórios - energia vendida	154,2	58,7	121,6
Outras variações monetárias ativas	11,3	9,3	20,5
Encargos de dívida dos empréstimos e financiamentos	(207,4)	(280,2)	(200,7)
Variações monetárias de empréstimos e financiamentos	(11,5)	(4,8)	(4,5)
Outras receitas (despesas) financeiras	(23,3)	(65,3)	19,7
<b>(=) Resultado financeiro líquido</b>	<b>(48,0)</b>	<b>(250,2)</b>	<b>14,9</b>

A **receita operacional bruta** totalizou R\$ 5.788,6 milhões, apresentando uma variação positiva de 0,6% em comparação com o exercício anterior. No período de 2014 a 2018, a taxa de crescimento anual composta (CAGR) foi de 8,3%.

**Os tributos e encargos regulatórios sobre vendas** totalizaram R\$ 996,3 milhões no ano de 2018 representando um aumento de 20,4% em relação ao exercício anterior. Deste total, R\$ 678,5 milhões correspondem a impostos e contribuições sociais (aumento de 17,0% em relação a 2017), e R\$ 317,8 milhões a encargos regulatórios (redução de 28,3% em relação a 2017). No período de 2014 a 2018, a taxa de crescimento anual composta (CAGR) foi de 11,4%.

A **receita operacional líquida (ROL)** registrou em 2018 uma redução de 2,7% em relação ao período anterior. Visto que a receita operacional bruta se manteve estável em relação ao ano anterior, a redução na receita operacional líquida foi decorrente dos aumentos em relação ao ano anterior, das deduções da ROB, ou seja, da Reserva Global de Reversão RGR no montante de

R\$ 20,7 milhões (+51,9%), da Conta de Desenvolvimento Energético CDE no montante de R\$ 36,6 milhões (+157,4%), e da contribuição para o PIS/COFINS no montante de R\$ 133,7 milhões (+30,9%). De 2014 a 2018, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi 7,7%.

Os **custos e despesas operacionais** totalizaram R\$ 4.012,1 milhões no exercício de 2018, apresentando um crescimento de R\$ 588,9 milhões (17,2%) em relação ao exercício anterior. Esse crescimento foi decorrente, principalmente, da variação de R\$ 126,0 milhões apurada no registro de provisão/reversão de contrato oneroso; e do aumento nos custos de construção em relação ao ano anterior, no montante de R\$ 214,2 milhões e custos de melhoria de R\$ 36,6 milhões. A Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de 4,3%, no período de 2014 a 2018.

	31/12/2018			31/12/2017	31/12/2016	Análise Horizontal (%)	
	Custos Operacionais	Despesas Operacionais	Total	Total	Total	2018 Vrs. 2017	2017 Vrs. 2016
Energia elétrica comprada para revenda	267.126	-	267.126	311.103	315.139	(14,14)	(1,28)
Encargos de uso da rede de transmissão	612.767	-	612.767	634.616	611.915	(3,44)	3,71
Custo de construção	835.002	-	835.002	620.834	582.833	34,50	6,52
Custo de melhoria	29.845	-	29.845	-	-	-	-
Pessoal	453.723	779.214	1.232.937	1.374.964	1.021.403	(10,33)	34,62
Material	13.013	16.020	29.033	25.895	23.371	12,12	10,80
Combustíveis para a produção de energia	-	-	-	-	7.803	-	(100,00)
Serviços de terceiros	112.671	114.884	227.555	217.300	234.443	4,72	(7,31)
Depreciação e amortização	32.016	62.432	94.448	96.083	101.753	(1,70)	(5,57)
Comp. Fin. Pela utiliz. de recursos hídricos	6.569	-	6.569	5.749	9.332	14,26	(38,39)
Reversão contrato oneroso	30.701	-	30.701	(95.320)	32.895	(132,21)	(389,77)
Benefício pós-emprego	-	84.343	84.343	117.468	131.221	(28,20)	(10,48)
Arrendamentos e aluguéis	5.156	9.674	14.830	15.215	15.532	(2,53)	(2,04)
Tributos	1.046	9.745	10.791	6.907	7.459	56,23	(7,40)
Provisões para contingências	-	536.564	536.564	515.098	287.179	4,17	79,36
Provisão para impairment	-	(138.977)	(138.977)	(763.290)	2.232.115	(81,79)	(134,20)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	113.712	113.712	21.703	110.711	423,95	(80,40)
Perdas com clientes	-	31.975	31.975	(511)	36.884	(6.357,34)	(101,39)
Provisão/reversão para perdas na realização de investimentos	-	(10.343)	(10.343)	248.628	278.613	(104,16)	(10,76)
Outras provisões - FID	-	(58.522)	(58.522)	58.522	-	(200,00)	-
Outras provisões operacionais	-	-	-	(30.738)	54.837	(100,00)	(156,05)
Outros	90.263	(28.556)	61.707	42.907	141.304	43,82	(69,63)
<b>Total</b>	<b>2.489.898</b>	<b>1.522.165</b>	<b>4.012.063</b>	<b>3.423.133</b>	<b>6.236.742</b>	<b>17,20</b>	<b>(45,11)</b>

O **resultado do serviço (EBIT)** foi positivo em R\$ 780,2 milhões, representando uma redução de R\$ 722,7 milhões em relação ao montante de R\$ 1.502,9 milhões obtido em 2017. Com este resultado, a margem operacional do serviço (razão entre o resultado do serviço e a receita operacional líquida) passou de 30,5% em 2017, para 16,3% em 2018, uma variação negativa de 14,2 pontos percentuais.

Os **investimentos corporativos** para a expansão e modernização da capacidade produtiva da Companhia, totalizaram R\$ 935,7 milhões. Este montante está assim distribuído: R\$ 65,3 milhões em geração de energia; R\$ 815,1 milhões em obras do sistema de transmissão; e R\$ 55,3 milhões em outros gastos de infraestrutura. No período de 2014 a 2018, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de -4,6%.

Os **investimentos realizados em Sociedades de Propósito Específico (SPEs)**, através da Integralização de Capital e da realização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, totalizaram R\$ 358,0 milhões, representando uma redução de 31,4% em relação ao ano de 2017, em função da entrada em operação da maioria das SPEs. No período de 2014 a 2018, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de -29,8%.

A **geração operacional de caixa**, expressa pelo EBITDA, foi R\$ 717,9 milhões em 2018, contra o montante de R\$ 589,9 milhões em 2017. A margem EBITDA (razão entre o EBITDA e a Receita operacional líquida) foi de 15,0% em 2018 contra 12,0% obtida em 2017, representando um aumento de 3,0 pontos percentuais.

O **valor econômico gerado** gerado pela Companhia em 2018 foi de R\$ 3.296,2 milhões, contra R\$ 3.912,6 milhões gerados em 2017, agregando valor aos seguintes segmentos da sociedade, conforme distribuição a seguir: salários, encargos e benefícios aos empregados (32,5%); impostos, taxas e contribuições aos governos federal, estaduais e municipais (50,2%); terceiros (9,1%); e lucro aos acionistas (8,1%).

#### **b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

O principal indicador de inflação que influencia as operações realizadas pela Companhia é o IPCA, índice que reajusta as tarifas de fornecimento de energia elétrica, além dos despachos realizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e o preço praticado no Mercado de Curto Prazo.

#### **c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante**

A situação financeira e o resultado das operações da Chesf são afetados pela inflação, uma vez que parte de suas receitas são indexadas a índices de inflação (IPCA) e seus custos operacionais tendem a seguir tais índices. Em 31/12/2018: 25,25% dos financiamentos e empréstimos obtidos pela Chesf não detinham indexador (15,98% em 2017, 19,04% em 2016); 40,29% estavam indexados pelo CDI (60,82% em 2017, 63,26% em 2016); 22,24% dessas obrigações estavam indexadas pela taxa de juros de longo prazo (17,34% em 2017, 17,69% em 2016); e apenas 12,22% eram reajustados pelo IPCA.

### **10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

#### **a. introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve nem há expectativa de introdução ou alienação de segmento operacional.

## b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Ao longo dos últimos anos, a Companhia vem realizando investimentos em Sociedades de Propósito Específico – SPE, em parceria com a iniciativa privada, na qual figura como acionista minoritário. São empreendimentos em áreas de geração e de transmissão de energia elétrica.

Os aportes de capital e adiantamentos para futuro aumento de capital realizados por parte da Companhia nos investimentos em SPEs, totalizaram R\$ 895,7 milhões em 2016, R\$ 522,2 milhões em 2017, e R\$ 358,0 milhões em 2018.

As Sociedades de Propósito Específico nas quais a Companhia tem participação, bem como, o respectivo saldo contábil dos investimentos nos três últimos exercícios, são os seguintes:

Sociedade de Propósito Específico	Participação (%)	Data de Constituição/Aquisição	R\$ mil		
			31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
- STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,00%	27/10/2003	165.749	216.741	202.898
- Energética Águas da Pedra S.A.	12,00%	03/04/2007	111.518	111.349	104.650
- Integração Transmissora de Energia S.A.	12,00%	20/12/2005	-	51.240	47.907
- Manaus Transmissora de Energia S.A.	19,50%	22/04/2008	-	270.678	257.420
- Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50%	18/12/2008	685.371	657.257	564.755
- ESBR Participações S.A.	20,00%	12/02/2009	-	1.648.570	1.665.961
- Energia Sustentável do Brasil S.A.	20,00%	29/06/2018	1.488.223	-	-
- Manaus Construtora Ltda.	19,50%	30/01/2009	7.508	7.545	7.343
- TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	49,00%	12/01/2010	31.841	27.309	7.829
- Norte Energia S.A.	15,00%	21/07/2010	2.058.675	1.725.233	1.607.827
- Sete Gameleiras S.A.	49,00%	07/10/2010	-	26.827	22.282
- São Pedro do Lago S.A.	49,00%	07/10/2010	-	21.888	17.401
- Pedra Branca S.A.	49,00%	07/10/2010	-	24.064	17.329
- Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	49,00%	22/09/2011	272.085	356.302	360.072
- Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	100,00%	07/07/2011	487.588	505.220	62.226
- Vamcruz I Participações S.A.	49,00%	07/07/2014	-	131.635	92.452
- Chapada Piauí I Holding S.A.	49,00%	08/05/2014	-	91.851	104.060
- Baraúnas I Energética S.A.	49,00%	18/11/2013	-	18.872	19.392
- Mussambê Energética S.A.	49,00%	18/11/2013	-	20.977	21.207
- Morro Branco I Energética S.A.	49,00%	18/11/2013	-	15.733	16.558
- Baraúnas II Energética S.A.	1,50%	26/12/2013	-	428	594
- Banda de Couro Energética S.A.	1,70%	26/12/2013	-	629	891
- Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	49,00%	08/10/2015	-	96.172	94.614
- Chapada Piauí II Holding S.A.	49,00%	08/05/2014	-	172.249	117.701
- Companhia Energética SINOP S.A.	24,50%	28/10/2013	222.474	269.749	215.610
- Usina de Energia Eólica Acauã Energia S.A.	99,93%	14/11/2013	35.535	36.644	34.336
- Usina de Energia Eólica Angical 2 Energia S.A.	99,96%	14/11/2013	48.596	56.564	51.329
- Usina de Energia Eólica Arapapá Energia S.A.	99,90%	14/11/2013	27.057	31.504	19.635
- Usina de Energia Eólica Caititu 2 Energia S.A.	99,96%	14/11/2013	51.598	50.780	48.027
- Usina de Energia Eólica Caititu 3 Energia S.A.	99,96%	14/11/2013	49.055	48.946	43.893
- Usina de Energia Eólica Carcará Energia S.A.	99,96%	14/11/2013	48.202	51.232	48.749
- Usina de Energia Eólica Corrupião 3 Energia S.A.	99,96%	14/11/2013	51.123	51.883	52.827
- Usina de Energia Eólica Teiú 2 Energia S.A.	99,95%	14/11/2013	41.741	45.528	39.693
- Coqueirinho 2 Energia S.A.	99,98%	03/02/2014	102.174	100.899	89.151
- Papagaio Energia S.A.	99,96%	03/02/2014	68.064	58.547	57.438
- Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.	83,01%	03/02/2014	91.445	81.282	77.135
			<b>6.145.622</b>	<b>7.082.327</b>	<b>6.191.192</b>

**Em 2018** houve a baixa dos investimentos nas SPES *Pedra Branca S.A., São Pedro do Lago S.A., Sete Gameleiras S.A., Serra das Vacas Holding S.A., Chapada do Piauí II Holding S.A., Integração Transmissora de Energia S.A., Chapada do Piauí I Holding S.A. e Manaus Transmissora de Energia S.A.* com a efetiva transferência de seus ativos para a Eletrobras, em

decorrencia da Dação em Pagamento, e a transferência contábil do saldo de investimentos das SPEs *Baraúnas I Energética S.A., Morro Branco I Energética S.A., Mussambê Energética S.A., Baraúnas II Energética S.A., Banda de Couro Energética S.A., Vamcruz I Participações S.A. e,* para Ativos mantidos para venda, no Ativo Circulante.

### **Controle Acionário da Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A**

Em 2015, a Companhia recebeu autorização da Aneel e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE para a aquisição das ações da SPE ***Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A.*** A acionista CTEEP, participante do consórcio vencedor do empreendimento, manifestou a sua saída do projeto desde o início, tendo no entanto permanecido na sociedade até a conclusão de todos os procedimentos para a transferência definitiva. Todos os investimentos na SPE foram realizados com recursos próprios da Chesf.

Nesse sentido, a Chesf passou a realizar Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFACs na investida, de forma a honrar os compromissos assumidos e necessários à viabilização do empreendimento, até que a saída da acionista CTEEP seja aprovada pelos órgãos reguladores de controle e demais instâncias cabíveis e a Chesf assumira a totalidade das ações da SPE.

Em 14/08/2017, foi emitido um relatório pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Eletrobras Holding (Relatório à Diretoria Executiva – DF 068/2017), referente a atualização dos estudos para a ratificação das decisões que aprovaram a reestruturação societária da ETN. Com os fundamentos do relatório, através da RES-556/2017, a Diretoria Executiva da Eletrobras e por meio da DEL-194/2017 Conselho de Administração da Eletrobras, aprovaram a reestruturação, contemplando a assunção do controle acionário da ETN pela Chesf e, posteriormente, a sua incorporação.

Em 26/10/2017, foi emitido o Despacho da Aneel nº 3.599/2017, com a permissão da operação na qual a CTEEP venderá todas as suas ações de emissão da ETN para a Chesf, desta forma, a Chesf será detentora de 100% das ações representativas do capital social da ETN.

Em 07/11/2017, a Eletrobras encaminhou ao Ministério de Minas e Energia a carta CTA-DF-2697/2017, referente a assunção do controle acionário da Extremoz Transmissora do Nordeste S.A. – ETN pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, solicitando encaminhamento para manifestação da Secretaria de Coordenação e Governança da Empresas Estatais – SEST.MPDG sobre o assunto.

Em 29/11/2017, o Ministério de Minas e Energia encaminhou a SEST, através do Ofício nº 175/201/AGE/SE-MME, a carta CTA-DF-2697/2017 e seus anexos, ressaltando a aprovação da Diretoria Executiva e Conselho de Administração da Eletrobras e o parecer favorável do Ministério.

Em 31/01/2018, a SEST, conforme Nota Técnica nº 22597/2017-MP, aprovou o controle acionário formal da ETN, condicionando a sua incorporação até 30/06/2018.

Em 20/06/2018, a Companhia encaminhou a SEST a carta CE-PR-116/2018 para exame de manifestação de proposta de prorrogação de prazo para conclusão da incorporação da ETN, passando de 30/06/2018 para 30/09/2018.

Em 05/07/2018, atendendo a solicitação da Companhia, a SEST, conforme Nota Técnica nº 13209/2018-MP, prorrogou o prazo para conclusão da incorporação para 30/09/2018.

Em 06/08/2018, foi emitido o Despacho da Aneel nº 1.763/2018, concedendo anuência para operação de incorporação da ETN, estabelecendo o prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de publicação do mesmo, para a implementação da operação.

Em 18/09/2018 a Companhia encaminhou a SEST a carta CE-PR-151/2018 para exame de manifestação de proposta nova prorrogação de prazo para conclusão de incorporação da ETN, passando de 30/09/2018 para 07/12/2018.

Em 18/10/2018, atendendo à solicitação da Companhia, a SEST, conforme Nota Técnica nº 22551/2018-MP, prorrogou o prazo para conclusão da incorporação para 07/12/2018.

Em 19/11/2018, foi emitido o Despacho da Aneel nº 2.654/2018, concedendo prorrogação do prazo estabelecido pelo Despacho nº 1.763/2018, por mais 120 (cento e vinte) dias, para conclusão da operação de incorporação da ETN.

Em 20/12/2018 a Companhia encaminhou a SEST a carta CE-PR-190/2018, para exame de manifestação de proposta de nova prorrogação de prazo para conclusão de incorporação da ETN, passando de 07/12/2018 para 05/04/2019.

Em 17/01/2019, atendendo à solicitação da Companhia, o Ministério da Economia, por meio do Ofício nº 1000/2019 – MP prorrogou o prazo para conclusão da incorporação para 05/04/2019.

A conclusão do processo de incorporação está condicionada a obtenção de aprovação dos investidores detentores das debêntures de emissão da ETN S.A. A deliberação dos atos necessários para essa incorporação serão discutidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

### **Dação em Pagamento de Participação Acionária em SPEs**

Em 19/04/2018, 02/07/2018, 18/07/2018, 28/08/2018, 17/12/2018 e 18/12/2018 foi concluído o processo de alienação das ações das SPEs Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA, Eólica Serra das Vacas Holding S.A., Chapada do Piauí II Holding S.A., Complexo Sento Sé I, Chapada do Piauí I Holding S.A. e Manaus Transmissora de Energia S.A., respectivamente, de propriedade da Chesf para a sua controladora, a Eletrobras. Esta operação está vinculada ao Pilar Disciplina Financeira do Plano Diretor de Negócios e Gestão (“PDNG”) 2018/2022, e tem por objetivo promover a quitação de dívidas da Companhia junto à Eletrobras, permitindo a redução de sua alavancagem financeira e melhoria do indicador “Dívida Líquida/EBITDA”.

A Companhia reclassificou como Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda, o saldo dos investimentos nas SPEs do Complexo Eólico Sento Sé II, Complexo Eólico Sento Sé III e Vamcruz I Participações S.A, em decorrência do Leilão Eletrobras 01/2018.

### **c. eventos ou operações não usuais**

Não há eventos ou operações não usuais praticadas pela Companhia.

## **10.4 Os diretores devem comentar:**

### **a. mudanças significativas nas práticas contábeis**

A Companhia adotou as normas do CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (a) e CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com clientes (b) que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2018. A Companhia não estendeu a aplicação aos requerimentos exigidos pela norma para o período comparativo apresentado visto que a norma não exige apresentação retroativa.

As práticas contábeis adotadas pela Companhia estão detalhadas na nota explicativa nº 4 das suas Demonstrações Financeiras.

### **b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

O CPC 47/IFRS 15 estabelece um novo conceito para o reconhecimento de receita, substituindo a CPC 30/IAS 18 Receita, a IAS 11 Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.



A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia aplica um modelo de cinco etapas, sendo elas, identificação do contrato, identificação das obrigações de desempenho, determinação do preço da transação, alocação do preço de transação e reconhecimento da receita, para determinar quando reconhecer a receita, e por qual valor. O modelo especifica que a receita deve ser reconhecida quando (ou conforme) uma entidade transfere o controle de bens ou serviços para os clientes, pelo valor que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo se determinados critérios são cumpridos, a receita é reconhecida:

Com o passar do tempo, de uma forma a refletir o desempenho da entidade da melhor maneira possível; ou Em um determinado momento, quando o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente.

A norma determina que a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. Contratos celebrados com clientes que apresentam longo histórico de inadimplência e que por diversos motivos não estão com o fornecimento de energia suspenso deixarão de ter as respectivas receitas reconhecidas. No exercício não foram identificados contratos que se enquadrem nesse item.

De acordo com o CPC 48/IFRS 9, há três principais categorias de classificação para os ativos financeiros, aqueles: Custo amortizado (CA), instrumento patrimonial mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Tal classificação e mensuração é baseada, em duas condições: (i) o modelo de negócios da Companhia no qual o ativo é mantido; e (ii) nas características de fluxo de caixa contratual do referido ativo financeiro.

### **c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor**

**O parecer emitido pelos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, datado de 22 de março de 2019, não contém ressalvas e possui a seguinte ênfase:**

#### ***Projetos hidroelétricos de empresas investidas***

*Conforme mencionado na nota explicativa nº 32.3, a Companhia mantém investimentos em SPEs que se encontram em fase pré-operacional e que vêm incorrendo em gastos significativos relacionados ao desenvolvimento dos projetos hidroelétricos, sendo o mais relevante o projeto da UHE Jirau (Rio Madeira). Adicionalmente, as investidas Energia Sustentável do Brasil S.A. e Norte Energia S.A., nas quais a Companhia participa com 20% e 15%, respectivamente, apresentavam, em 31 de dezembro de 2018, capital circulante líquido negativo, no montante R\$ 3.157.532 mil. A conclusão das obras dessas investidas depende do suporte financeiro por parte da Companhia e demais acionistas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.*

Quanto ao parágrafo de ênfase acima, referente à “**Projetos hidroelétricos de empresas investidas**”, a Diretoria esclarece que os empreendimentos mencionados estão em fase avançada de construção. Além do mais, a Companhia e os demais acionistas nos referidos empreendimentos tem o compromisso de aportar os recursos necessários até que os empreendimentos estejam plenamente concluídos.

**O parecer emitido pelos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, datado de 19 de março de 2018, não contém ressalvas e possui as seguintes ênfases:**

**“Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos - Lava Jato**

*Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 4.17 (a) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que o valor correspondente relativo ao lucro líquido individual e consolidado da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentado para fins de comparabilidade, foi diminuído em R\$ 27.450 mil, como resultado da baixa dos custos previamente capitalizados e de baixa em investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial, representando os valores estimados relacionados com as atividades ilícitas que certa coligada da Companhia capitalizou em excesso na aquisição de imobilizado. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.*

**Projetos hidroelétricos e eólicos de empresas investidas**

*Conforme mencionado na nota explicativa nº 31.3, a Companhia mantém investimentos em SPEs que se encontram em fase pré-operacional e que vêm incorrendo em gastos significativos relacionados ao desenvolvimento dos projetos hidroelétricos e eólicos, sendo os mais relevantes os projetos hidrelétricos da UHE Belo Monte (Rio Xingu), UHE Sinop (Rio Teles Pires) e Complexo Eólico Pindiaí I. Adicionalmente, as investidas ESBR Participações S.A., Norte Energia S.A., e Chapada do Piauí II Holding S.A., que se encontram em fase pré-operacional, nas quais a Companhia participa com 20%, 15% e 49%, respectivamente, apresentavam, em 31 de dezembro de 2017, capital circulante líquido negativo, no montante R\$ 2.650.340 mil. A conclusão das obras dessas investidas depende do suporte financeiro por parte da Companhia e demais acionistas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.*

Em relação ao parágrafo de ênfase acima, referente à **“Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos - Lava Jato”**, a Diretoria esclarece que a Companhia vem implementando medidas internas visando a mitigação dos riscos de envolvimento da empresa, seus colaboradores, representantes e parceiros em práticas ilegais. A Companhia criou a Gerência de Compliance, e iniciou a implementação do Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras.

O Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras, aprovado pela Diretoria Executiva da Holding e endossado pelo seu Conselho de Administração, para aplicação no âmbito das Empresas do Sistema Eletrobras, é um conjunto de ações contínuas que visam identificar, corrigir e prevenir fraudes e corrupções, garantindo o cumprimento das Leis Anticorrupção por parte das empresas, dos colaboradores, de representantes, sócios de *joint ventures* e outras afiliadas. As empresas Eletrobras fortalecem, com a implantação do programa, o compromisso de manter os mais altos níveis de padrões profissionais e éticos na condução de seus negócios, combatendo a corrupção e preservando a confiança do mercado.

De acordo com a política das Empresas do Sistema Eletrobras, todos os colaboradores e representantes das empresas, e todos os sócios de *joint ventures* ou outras afiliadas em situação semelhante devem observar integralmente todas as leis e regulamentos anticorrupção aplicáveis, as quais incluem, mas não se limitam a Lei contra Práticas de Corrupção Estrangeiras de 1977, e subsequentes alterações (a *Foreign Corrupt Practices Act*, "FCPA") e à Lei no. 12.846, de 01 de agosto de 2013, conhecida como a “Lei Anticorrupção Brasileira”.

Quanto ao parágrafo de ênfase acima, referente à **“Projetos hidroelétricos e eólicos de empresas investidas”**, a Diretoria esclarece que os empreendimentos mencionados estão em fase avançada de construção. Além do mais, a Companhia e os demais acionistas nos referidos empreendimentos tem o compromisso de aportar os recursos necessários até que os empreendimentos estejam plenamente concluídos.

**O parecer emitido pelos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, datado de 23 de março de 2017, não contém ressalvas e possui as seguintes ênfases:**



**“Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos - Lava Jato**

*Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 4.17 (a) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que o lucro líquido da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi diminuído em R\$ 27.450 mil como resultado da baixa dos custos previamente capitalizados e de baixa em investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial, representando os valores estimados relacionados com as atividades ilícitas que certa coligada da Companhia capitalizou em excesso na aquisição de imobilizado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.*

**Continuidade operacional de empresas investidas**

*Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 31.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que a Companhia mantém investimentos nas controladas em conjunto ESBR Participações S.A. e Norte Energia S.A., as quais vêm incorrendo em gastos significativos relacionados ao desenvolvimento dos projetos hidrelétricos da UHE Jirau (Rio Madeira) e UHE Belo Monte (Rio Xingu). Esses gastos, de acordo com as estimativas da Administração das investidas, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras geradas pelos projetos. A conclusão das obras depende da capacidade dessas investidas de continuarem a obter os recursos necessários e/ou da manutenção do suporte financeiro por parte da Companhia e demais acionistas. Adicionalmente, as investidas ESBR Participações S.A., Norte Energia S.A., e Chapada do Piauí II Holding S.A., nas quais a Companhia participa com 20%, 15%, e 49%, respectivamente, apresentavam, em 31 de dezembro de 2016, capital circulante líquido negativo total no montante de R\$ 1.518.165 mil, porém não apresentam passivo a descoberto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.”*

Em relação ao parágrafo de ênfase acima, referente à **“Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos - Lava Jato”**, a Diretoria esclarece que a Companhia vem implementando medidas internas visando a mitigação dos riscos de envolvimento da empresa, seus colaboradores, representantes e parceiros em práticas ilegais. A Companhia criou a Gerência de Compliance, e iniciou a implementação do Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras.

O Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras, aprovado pela Diretoria Executiva da Holding e endossado pelo seu Conselho de Administração, para aplicação no âmbito das empresas Eletrobras, é um conjunto de ações contínuas que visam identificar, corrigir e prevenir fraudes e corrupções, garantindo o cumprimento das Leis Anticorrupção por parte das empresas, dos colaboradores, de representantes, sócios de *joint ventures* e outras afiliadas. As empresas Eletrobras fortalecem, com a implantação do programa, o compromisso de manter os mais altos níveis de padrões profissionais e éticos na condução de seus negócios, combatendo a corrupção e preservando a confiança do mercado.

De acordo com a política das Empresas Eletrobras, todos os colaboradores e representantes das empresas, e todos os sócios de *joint ventures* ou outras afiliadas em situação semelhante devem observar integralmente todas as leis e regulamentos anticorrupção aplicáveis, as quais incluem, mas não se limitam a Lei contra Práticas de Corrupção Estrangeiras de 1977, e subsequentes alterações (a *Foreign Corrupt Practices Act*, "FCPA") e à Lei no. 12.846, de 01 de agosto de 2013, conhecida como a “Lei Anticorrupção Brasileira”.

Quanto ao parágrafo de ênfase acima, referente à **“Continuidade operacional de empresas investidas”**, a Diretoria esclarece que os empreendimentos mencionados estão em fase avançada de construção. Além do mais, a Companhia e os demais acionistas nos referidos empreendimentos tem o compromisso de aportar os recursos necessários até que os empreendimentos estejam plenamente concluídos.

**10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas e críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões**

**incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento de receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.**

Na preparação das presentes Demonstrações Financeiras a Companhia adotou estimativas e premissas baseada na experiência e em outros fatores que entende como razoáveis e relevantes para a adequada apresentação. Ainda que essas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Companhia, a materialização sobre o valor contábil de ativos e passivos e de resultado das operações são incertos, por decorrer do uso de julgamento.

No que se refere às estimativas contábeis avaliadas como sendo as mais críticas, a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, variáveis e premissas, como a seguir:

- **Ativos e passivos fiscais diferidos** - são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis às estimativas de lucro tributável para compensação nos anos em que essas diferenças temporárias e os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social acumulados deverão ser realizados. Os prejuízos fiscais e base negativa não prescrevem e sua compensação fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. As estimativas de lucro tributável são baseadas no plano estratégico da Companhia, revisado periodicamente. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.
- **Provisões** - São reconhecidas quando um evento gera uma obrigação futura com probabilidade provável de saída de recursos e seu valor pode ser estimado com segurança. Desta forma, o valor constituído como provisão é a melhor estimativa de liquidação de uma provável obrigação na data das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.
- **Contratos onerosos** - obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. A Companhia utiliza-se de premissas relacionadas aos custos e benefícios econômicos de cada contrato para a determinação da existência ou não de um contrato oneroso. O montante relativo ao período de longo prazo estão reconhecidos a valor presente, com base em taxa de desconto pós impostos aprovados pela administração. A estimativa crítica na determinação do montante de provisão para a venda futura do contrato é o PLD decorrente dos estudos da área de comercialização aprovado pelo Sistema Eletrobras como premissa para o cálculo da provisão do contrato oneroso, exclusivamente para fins contábeis.
- **Valor recuperável de ativos de longa duração** - A Administração da Companhia adota variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para determinação do valor recuperável de ativos e reconhecimento de impairment, quando necessário. Nesta prática, são aplicados julgamentos baseados na experiência na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa, que podem eventualmente não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada, que representa as práticas determinadas pela Aneel aplicáveis aos ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor. Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos

intrinsecamente incertos. Dentre esses eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, a taxa de crescimento da atividade econômica do país, a disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detidas pela Companhia, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada a premissa de indenização contratualmente prevista, quando aplicável, pelo menor entre o valor contábil residual existente no final do prazo das concessões e o valor novo de reposição.

- **Obrigações atuariais** - As obrigações atuariais são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes e os resultados reais futuros das estimativas contábeis utilizadas nestas Demonstrações Financeiras podem ser distintos, sob variáveis, premissas e condições diferentes daquelas existentes e utilizadas na época do julgamento.
- **Vida útil dos bens do imobilizado** – A Companhia utiliza os critérios definidos na resolução Aneel nº 367, de 02 de junho de 2009, atualizada pela Resolução nº 474 de 07/02/2012, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado.
- **Definição de controle e controle compartilhado na determinação das controladas, controladas em conjuntos e coligadas.**

#### **10.6 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras, indicando:**

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como**
  - i. arredondamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**
  - ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**
  - iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
  - iv. contratos de construção não terminada**
  - v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**
- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2018, itens não evidenciados nas demonstrações financeiras que tenham ou possam vir a ter efeito relevante.

#### **10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:**

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
- b. natureza e o propósito da operação**
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não existem itens que não estejam contemplados nas demonstrações financeiras da Companhia.

#### **10.8 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

- a. investimentos, incluindo**
  - i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

A Companhia, no exercício de 2018, teve seu Orçamento de Investimento aprovado pela Lei Orçamentária Anual – LOA nº 13.587, de 02/01/2018.

A seguir apresentamos o demonstrativo dos investimentos realizados no exercício:

	R\$ mil
DESCRIÇÃO	REALIZAÇÃO 2018
<b>INFRAESTRUTURA</b>	<b>55.032</b>
Manutenção de bens imóveis	1.246
Manutenção de bens móveis (veículos e equipamentos)	8.681
Manutenção de informática, informação e teleprocessamento	45.102
<b>GERAÇÃO</b>	<b>65.001</b>
Manutenção sistema de geração de energia	34.860
Implantação do Parque Eólico Casa Nova	3.601
Implantação de Parques Eólicos Futuros	25.056
Implantação de Parque Solar em Petrolina	1.484
<b>IRRIGAÇÃO REASSENTAMENTO - ITAPARICA</b>	<b>23.720</b>
<b>TRANSMISSÃO</b>	<b>811.242</b>
Ampliação do sistema de transmissão do Nordeste	165.751
Reforços e melhorias do sistema de transmissão	488.046
Manutenção do sistema da transmissão	157.445
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>954.995</b>

A Companhia possui previsão em seu Orçamento de Investimento para o exercício de 2019, aprovado pela Lei Orçamentária Anual – LOA nº 13.808, de 15/01/2019, o valor total de R\$ 1.602.668 mil, com as seguintes aplicações:

	R\$ mil
DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2019
<b>INFRAESTRUTURA</b>	<b>129.255</b>
Manutenção de bens imóveis	19.006
Manutenção de bens móveis (veículos e equipamentos)	52.542
Manutenção de informática, informação e teleprocessamento	57.707
<b>GERAÇÃO</b>	<b>174.525</b>
Manutenção sistema de geração de energia	92.387
Implantação de Parque Eólico Casa Nova I	77.138
Implantação de Parques Eólicos Futuros	1.000
Central Fotovoltaica em Petrolina	1.000
Ampliação da Capacidade de Geração da UHE Itaparica	1.000
Ampliação da Capacidade de Geração Nordeste	1.000
Implantação de Centrais Solares Futuras	1.000
<b>IRRIGAÇÃO REASSENTAMENTO - ITAPARICA</b>	<b>87.932</b>
<b>TRANSMISSÃO</b>	<b>1.210.956</b>
Ampliação do sistema de transmissão do Nordeste	321.167
Reforços e melhorias do sistema de transmissão	554.542
Manutenção do sistema da transmissão	335.247
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.602.668</b>

## **ii. fontes de financiamento dos investimentos**

As principais fontes de financiamento para os empreendimentos em andamento e os previstos são compostas por: geração de caixa nas suas operações, financiamentos e empréstimos contratados e a contratar, e dividendos recebidos.

## **iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

As diretrizes estratégicas constante do Plano Diretor de Negócios e Gestão das Empresas do Sistema Eletrobras (PDNG) para o quinquênio 2018-2022, divulgado ao mercado em 17 de dezembro de 2017, por meio de Fato Relevante emitido pela controladora Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobras, contempla um conjunto de iniciativas para o alcance dos objetivos estratégicos da holding e de suas subsidiárias.

Dentre tais iniciativas, no âmbito do pilar "Disciplina Financeira" existe a previsão de venda de ativos pela Eletrobras e por suas subsidiárias. No caso específico da Chesf, venda de participações em Sociedades de Propósito Específico – SPE.

## **b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Apenas o descrito no item a.

## **c. novos produtos e serviços, indicando**

**i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

**ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

**iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**

**iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

## **10.9 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.**

Todos os demais aspectos relevantes sobre o resultado do desempenho operacional do exercício foram comentados nos itens anteriores.

**ANEXO 02**

**DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**  
(Informações do Anexo 9-1-II da IN CVM 481/09)

**1. Informar o lucro líquido do exercício.**

	<b>2018 (R\$)</b>
Lucro Líquido do Exercício	267.778.098,54

**2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.**

	<b>Quantidade de</b>	<b>Dividendos</b>	<b>Dividendo por</b>
	<b>Ações</b>		<b>Ação</b>
Ações Preferenciais	1.753.814	30.599.503,24	17,444740505

**3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.**

<b>2018 (%)</b>
11,42718669

**4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.**

	<b>Quantidade de</b>	<b>Dividendos</b>	<b>Dividendo por</b>
	<b>Ações</b>		<b>Ação</b>
Ações Ordinárias	54.151.081	128.035.343,76	2,36440975

**5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

- a. **O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**

	<b>Quantidade de</b>	<b>Dividendos</b>	<b>Dividendo por</b>
	<b>Ações</b>		<b>Ação</b>
Ações Ordinárias	54.151.081	128.035.343,76	2,36440975
Ações Preferenciais	1.753.814	30.599.503,24	17,44474051
<b>Total Ações</b>	<b>55.904.895</b>	<b>158.634.847,00</b>	<b>2,83758420</b>

- b. **A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.**  
 c. **Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.**  
 d. **Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.**

A remuneração aos acionistas será paga na data que vier a ser fixada na Assembleia Geral Ordinária - AGO de Acionistas, ou de acordo com a Lei Societária, no caso de a AGO não se pronunciar sobre a matéria, e terão os seus valores atualizados monetariamente a partir da data de encerramento do exercício a que se referem, até a data

do pagamento, com base na variação da taxa Selic. Sobre a parcela referente a atualização incidirá IRRF.

**6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.
- b. Informar a data dos respectivos pagamentos.

O item 6 não é aplicável, tendo em vista que não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

**7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores.

	2018	2017	2016	2015
	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)
Lucro Líquido por Ação	4,78988468	18,67755945	71,286691443	-

- b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores.

Em razão de prejuízos acumulados no período de 2012 a 2016, não houve distribuição de dividendos ou JSCP. Em 2017 foi distribuído a título de dividendo obrigatório pago aos acionistas detentores de ações preferenciais o montante de R\$ 30.599.503,23.

**8. Havendo destinação de lucros à reserva legal**

- a. Identificar o montante destinado à reserva legal

2018 (R\$)
88.346.175,20

- b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.

(+) Lucro líquido do exercício	267.778.098,54
(+) Ajuste de Exercícios Anteriores	1.499.145.405,44
(=) Base cálculo reserva legal	1.766.923.503,98
(x) percentual sobre o LLE após compensação de prejuízos acumulados	5%
(=) Reserva legal (Art. 193 Lei nº 6.404/76)	88.346.175,20

**9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos**

- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos.

Os acionistas detentores de ações preferenciais, quando da destinação dos lucros do exercício, tem a garantia estatutária de que o valor da parcela dos lucros atribuível a essas ações será de no mínimo equivalente a 10% do valor do capital social dessas ações.

- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.



O lucro líquido é suficiente para pagamento integral dos dividendos mínimos aos acionistas preferencialistas

**c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.**

Não aplicável.

**d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais.**

	Quantidade de Ações	Dividendo Mínimo	Dividendo por Ação
Ações Preferenciais	1.753.814	30.599.503,24	17,44740505

**e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.**

	Quantidade de Ações	Dividendo Mínimo	Dividendo por Ação
Ações Preferenciais	1.753.814	30.599.503,24	17,44740505

**10. Em relação ao dividendo obrigatório**

**a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.**

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, é assegurado aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório correspondente a: (i) 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações; mais (ii) o saldo do lucro líquido do exercício, se houver, que remanescer após as destinações mencionadas nos arts. 193 a 197 da Lei das Sociedades por Ações.

**b. Informar se ele está sendo pago integralmente.**

O dividendo mínimo obrigatório calculado na forma descrita no item 10a acima, será pago para os acionistas preferencialistas. Para os acionistas detentores de ações ordinárias o dividendo será retido em reserva especial.

**c. Informar o montante eventualmente retido.**

R\$ 1.479.465.895,16

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia**

**a. Informar o montante da retenção.**

<b>Constituição de Reserva Especial - Lucro Exercício 2018</b>		
Lucro Exercício 2018	R\$	267.778.098,54
(-)Reserva Legal	-R\$	13.388.904,93
(-)Reserva de Incentivos Fiscais	-R\$	40.476.586,62
(-)Dividendo acionistas preferenciais	-R\$	30.599.503,24
<b>(=)Reserva Especial Lucro Exer. 2018</b>	<b>R\$</b>	<b>183.313.103,75</b>
<b>Constituição de Reserva Especial - Ajuste Exercícios Anteriores</b>		
Ajuste de Exercícios Anteriores	R\$	1.499.145.405,44
(-)Reserva Legal	-R\$	74.957.270,27
(-)Dividendo acionistas ordinários - exer/2017	-R\$	128.035.343,76
<b>(=)Reserva Especial Lucro Exer. Anteriores</b>	<b>R\$</b>	<b>1.296.152.791,41</b>
<b>Total Reserva Especial constituída em 31/12/2018</b>	<b>R\$</b>	<b>1.479.465.895,16</b>



**b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.**

Em 31 de dezembro de 2018 a dívida líquida da Companhia somava R\$ 1.219,8 milhões, sendo que a geração de caixa operacional representada pelo EBITDA ajustado (excluindo-se os eventos não recorrentes), foi de apenas R\$ 720,1 milhões no mesmo exercício. Aliado a situação financeira da companhia e a necessidade de cumprir os compromissos contratuais assumidos, torna-se necessária a gestão criteriosa de todos os recursos financeiros para otimizar o caixa da companhia.

**c. Justificar a retenção dos dividendos.**

A distribuição da totalidade do dividendo obrigatório em relação ao exercício de 2018 é incompatível com a situação financeira da Companhia, sendo distribuído apenas a parcela referente aos dividendos dos acionistas preferencialistas, bem como, pagamento aos acionistas detentores de ações ordinárias de parte do que foi retido como reserva especial no exercício de 2017, resultando num montante a pagar em 2019 de R\$ 158,6 milhões, de acordo com o Plano de Negócios e Gestão - PNG 2019 a 2023.

São justificativas para a retenção de lucros em Reserva Especial a existência dos seguintes fatores:

- incerteza acerca da efetiva transferência das ações para a Eletrobras das SPE's que lhe foram dadas pela CHESF por meio da dação em pagamento, o que pode inviabilizar a amortização de parte da dívida contratual da última com a primeira;
- existência de ações com risco de perda provável que, a despeito dos provisionamentos efetuados, podem pressionar o caixa da empresa no caso de decisão judicial conclusiva e uma subsequente execução, como aquela que envolve a GSF (R\$ 831,4 milhões, provisionados);
- a necessidade de aportes de recursos em SPE's;
- o principal da dívida previsto para o exercício de 2019, que deve requerer desembolso de R\$ 555,8 milhões.

**12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**

- a. Identificar o montante destinado à reserva.**
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa.**
- c. Explicar porque a perda foi considerada provável.**
- d. Justificar a constituição da reserva**

Item não aplicável, uma vez que não haverá destinação de resultado para reserva de contingências.

**13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar**

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar.**
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva.**

Item não aplicável, uma vez que não haverá destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

**14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva.**
- b. Identificar o montante destinado à reserva.**
- c. Descrever como o montante foi calculado.**

Item não aplicável, uma vez que não haverá destinação de resultado para reservas estatutárias.

**15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital**

**a. Identificar o montante da retenção.**

Item não aplicável, uma vez que não haverá destinação de resultado para reservas de investimentos.

**b. Fornecer cópia do orçamento de capital.**

Item não aplicável, uma vez que não haverá destinação de resultado para reservas de investimentos.

**16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais**

**a. Informar o montante destinado à reserva**

<b>2018 (R\$)</b>
40.476.586,63

**b. Explicar a natureza da destinação**

A reserva de incentivo fiscal foi criada pela Lei nº 11.638/2007. Por meio desta última, foi retirada da Lei nº 6.404/1976 a alínea “d” do § 1º Art. 182, que permitia a contabilização de doações e subvenções para investimento como reserva de capital, e incluído o artigo 195-A que possibilita à Assembleia Geral, por proposta dos órgãos da administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, a qual poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

**INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS CANDIDATOS PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO INDICADOS PELOS ACIONISTAS CONTROLADORES EM CUMPRIMENTO AO ART. 10º DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009**
**12.5 Informações dos membros do Conselho de Administração:**

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF	Cargo Eletivo ocupado	Data eleição	Data posse	Prazo mandato	Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Eleito pelo controlador	Membro independente	Nº mandatos consecutivos
Wilson Ferreira Junior	03/05/1959	Engenheiro Eletricista	012.217.298-10	Presidente do Conselho de Administração	29/04/2019	29/04/2019	Até a AGO-2021	Não	Sim	Não	3
Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta	18/06/1968	Administrador de Empresas	590.604.504-00	Membro do Conselho de Administração	29/04/2019	29/04/2019	Até a AGO-2021	Não	Sim	Não	1
Fábio Lopes Alves	08/06/1950	Engenheiro Eletricista	046.886.784-87	Membro do Conselho de Administração	29/04/2019	29/04/2019	Até a AGO-2021	Diretor-Presidente	Sim	Não	2
Geraldo Julião Júnior	02/10/1959	Economista	301.173.306-63	Membro do Conselho de Administração	29/04/2019	29/04/2019	Até a AGO-2021	Não	Sim	Não	2
Luiz Roberto Bezerra	15/02/1956	Engenheiro Eletricista	463.821.437-15	Membro do Conselho de Administração	29/04/2019	29/04/2019	Até a AGO-2021	Não	Não	Sim	1
Robstaine Alves Saraiva	11/07/1958	Engenheiro Eletricista	153.087.584-68	Membro do Conselho de Administração	29/04/2019	29/04/2019	Até a AGO-2021	Empregado	Não – Eleito pelos empregados	Não	1
Maurício José Andrade Correia	06/12/1971	Advogado	719.201.104-53	Membro do Conselho de Administração	29/04/2019	29/04/2019	Até a AGO-2021	Não	Sim	Não	1

**i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos**
**ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor**
**Wilson Pinto Ferreira Júnior - Membro do Conselho de Administração**

O Sr. Wilson Pinto Ferreira Junior é formado em Engenharia Elétrica pela Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie em 1981 e em Administração de Empresas pela Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas pela Universidade Mackenzie em 1983. Cursou mestrado em Energia pela Universidade de São Paulo (USP), e possui várias especializações, dentre as quais Engenharia de Segurança do Trabalho (Universidade Mackenzie, 1982), Marketing (Fundação Getúlio Vargas – FGV, 1988), e Administração de Distribuição de Energia Elétrica (Swedish Power Co. 1992). Eleito membro do Conselho de Administração pela 171ª AGE realizada em 11/08/2016. Na Companhia Energética de São Paulo (CESP) exerceu diversos cargos, incluindo Diretor de Distribuição (1995 a 1998). Foi Presidente da RGE de 1998 a 2000, Presidente do Conselho de Administração da Bandeirante Energia S.A. de 2000 a 2001 e Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADDEE (2009 a 2010). É membro do Conselho de Administração do ONS e Vice-Presidente da Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústria de Base (ABDIB). Em março de 2000, tornou-se Presidente da CPFL Paulista, e posteriormente da CPFL Piratininga, CPFL Geração, CPFL Brasil, RGE, CPFL Santa Cruz, CPFL Jaguariúna, CPFL Bioenergia, e outras controladas da CPFL Energia. De 2002 a abril de 2011, foi membro do Conselho de Administração da CPFL Paulista, CPFL Piratininga, CPFL Geração e RGE. Foi Presidente da CPFL Energia de 2002 a 2016. É presidente da Eletrobras desde Julho de 2016. A Chesf não tem conhecimento da existência, nos últimos 5 anos, de condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha

suspendido ou inabilitado o Sr. Wilson Ferreira Júnior para prática de atividade profissional ou comercial. O Sr. Wilson Ferreira Júnior não é membro independente.

#### **Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta – Membro do Conselho de Administração**

A Sra. Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta é graduada em Administração de Empresas, pela UFPE, com mestrado em Gestão Empresarial pela mesma instituição e pós-graduação em Gestão de Negócios pela Fundação Dom Cabral. Participou de programas de educação executiva no IMD (Suíça), ESADE (Espanha), University of Chicago Graduate School of Business (EUA) e Universidad Austral (Argentina) e fez o curso de formação de Conselheiros de Administração do IBGC. Atuou como diretora executiva de Planejamento e Controle da Neoenergia, de outubro de 2013 a agosto de 2016. Também atuou como conselheira fiscal da Norte Energia, durante um ano, como representante da Neoenergia. Foi diretora de Finanças da MRS Logística, entre julho de 2010 e setembro de 2013, e controller do Grupo Light, entre agosto de 2010 e junho de 2013. Atualmente, é Diretora Financeira e de Relações com Investidores da Eletrobras. A Sra. Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta não é membro independente

#### **Fábio Lopes Alves - Membro do Conselho de Administração**

O Sr. Fábio Lopes Alves é graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, com pós graduação em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Empregado de carreira da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, desde 1974, exerceu diversos cargos tais como: Engenheiro do serviço de Proteção e Controle do Sistema Elétrico; Gerente da Divisão de Proteção e Controle do Sistema Elétrico; Gerente do Departamento de Proteção e Medição; Assessor da Superintendência de Telecomunicação e Controle de Processo; Assessor da Diretoria de Engenharia e Construção; Superintendente de Projeto e Construção da Transmissão e Chefe de Gabinete da Presidência. Atuou na Companhia Energética de Pernambuco – CELPE, como Diretor de Operações, Diretor de Engenharia, Diretor Técnico e Diretor-Presidente. Atuou como Diretor Técnico da empresa Sistema de Transmissão Nordeste – STN, como Diretor Administrativo-Financeiro da empresa Transnorte Energia S.A. –TNE e como Secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia – MME. Integrou diversos Conselhos de Administração: Rumo S.A.; Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE; Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE; Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE, Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE, Empresa Santos Dumont de Energia S.A. – ESDE; Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP; Empresa de Transmissão Serrana S.A. – ETSE; Companhia Transmissora de Energia Elétrica S.A. – LUMITRANS; Sistema Catarinense de Transmissão S.A. –STC; Energia dos Ventos V S.A.; Energia dos Ventos VI S.A.; Energia dos Ventos VII S.A., Energia dos Ventos VIII S.A.; Energia dos Ventos IX S.A.; Energia dos Ventos I S.A.; Energia dos Ventos II S.A.; Energia dos Ventos III. S.A.; Energia dos Ventos IV. S.A. e Energia dos Ventos X S.A.. A Chesf não tem conhecimento da existência, nos últimos 5 anos , de condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado o Sr. Fábio Lopes Alves para prática de atividade profissional ou comercial. O Sr. Fábio Lopes Alves não é membro independente.

#### **Geraldo Julião Júnior – Membro do Conselho de Administração**

O Sr. Geraldo Julião Júnior é graduado em Economia pela FACE/UFMG (1982), com Especialização em Orçamento Público na Escola Superior de Administração Fazendária – ESAF (1996), e Especialização em Matemática para Economia e Administração – UNB (2004), eleito membro do Conselho de Administração da Chesf pela 175ª AGE realizada em 09/10/2017. Dentre os principais cargos ocupados destaca-se o de Analista de Orçamento e Planejamento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (1996/1997); Coordenador de Orçamento e Finanças da Diretoria Geral de Administração DGA/AGU (1998/2001); Gerente Executivo da Superintendência de Articulação Institucional e Coordenador do Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas da Agência Nacional de Águas (2001/2004); Assessor Técnico da Secretaria Executiva da Casa Civil da Presidência da República (2004/2005); Gerente do Departamento de Assuntos Fiscais da Secretaria de Orçamento Federal e Assessor do Secretário de Orçamento Federal (2005/2014); Diretor Financeiro e Comercial da Companhia de

Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB (2015/2016); Secretário Adjunto para Assuntos Fiscais da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento (2016); Membro do Comitê de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (2010/2014); Membro Suplente da Câmara Consultiva Técnica do Conselho de Participação em Fundos Garantidores de Risco de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas (2010/2014); membro do Conselho de Administração da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa (2009 a 2014); membro do Conselho de Administração do Banco da Amazônia (2006/2009). A Chesf não tem conhecimento da existência, nos últimos 5 (cinco) anos, de nenhuma condenação cível, criminal ou administrativa transitadas em julgado, que impeçam o Sr. Geraldo Julião Júnior de exercer atividade profissional ou comercial qualquer.

#### **Luiz Roberto Bezerra - Membro do Conselho de Administração**

O Sr. Luiz Roberto Bezerra é graduado em Engenharia Elétrica pela PUC/RJ (1980), com Mestrado em Engenharia Elétrica pela COPPE/UFRJ (1991), Especialização em Engenharia Elétrica – Processamento de Sinais – PUC/RJ (1996), MBA em Gestão Empresarial – Universidade Cândido Mendes (2007) e MBA Executivo em Finanças – IBMEC (2013). Atua como Superintendente de Relações Institucionais e Responsabilidade Social da Fundação Getúlio Vargas – FGV Energia, Coordenador Interno e Pesquisador de P&D no Âmbito da Aneel, com foco em energias renováveis complementares, recursos energéticos distribuídos, smart grid, eficiência energética, sustentabilidade, arranjos produtivos locais, economia circular e economia compartilhada. Orientador de TCC do MBA em Setor Elétrico e do MBA Executivo em Administração de Negócios do Setor Elétrico da FGV. Atuou por 35 anos em Furnas Centrais Elétricas – S.A como Chefe de Gabinete da presidência e nas áreas administrativa, técnica e comercial. Foi membro do Conselho de Administração da Santo Antônio Energia S.A e do Conselho Deliberativo da Fundação Real Grandeza, fundo de pensão dos empregados da Furnas e da Eletronuclear. A Chesf não tem conhecimento da existência, nos últimos 5 anos, de condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado o Sr. Luiz Roberto Bezerra para prática de atividade profissional ou comercial. O Sr. Luiz Roberto Bezerra é membro independente.

#### **Robstaine Alves Saraiva - Membro do Conselho de Administração**

O Sr. Robstaine Alves Saraiva é graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Pernambuco (1982). É empregado da Chesf desde março/1983. Dentre os principais cargos ocupados destacam-se o de Diretor de Benefícios da Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social – Fachesf no período de junho/2006 a maio/2010, o de Adjunto da Diretoria de Operações da Chesf no período de fevereiro/2003 a maio/2006, o de Assessor da Superintendência de Manutenção da Chesf no período de dezembro/2013 a maio/2016, o de Presidente do Conselho Fiscal da Fachesf no período de agosto/2002 a maio/2006 e o de Gerente de Serviço da Gerência Regional de Paulo Afonso no período de setembro/1994 a setembro/1996. Eleito representante dos empregados em 2019 para membro do Conselho de Administração da Companhia, para o mandato que inicia na Assembleia Geral Ordinária de 2019. A Chesf não tem conhecimento da existência, nos últimos 5 anos, de condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado o Sr. Robstaine Alves Saraiva para prática de atividade profissional ou comercial. O Sr. Robstaine Alves Saraiva não é membro independente.

#### **Mauricyo José Andrade Correia - Membro do Conselho de Administração**

O Sr. Mauricyo José Andrade Correia é graduado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Advogado da União. Ingressou no serviço público federal em 1996. Exerceu os cargos públicos de Técnico Judiciário e de Analista Judiciário - Área Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco. No TRE/PE foi assessor da Presidência, assessor da Diretoria-Geral, Chefe de Seção de Jurisprudência da Coordenação de Jurisprudência e Documentação de Secretaria Judiciária e prestou assessoramento jurídico a diversos Juizes e Desembargadores Eleitorais. Ingressou como Membro da Advocacia-Geral da União em 2007. Na Consultoria Jurídica do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, atuou nas áreas administrativas e institucional e foi nomeado para exercer o cargo de Assistente entre 2008

e 2010. Ainda em 2010 foi para a Consultoria Jurídica do Ministério de Minas e Energia, exercendo cargos de Assistente, Assessor e Consultor Jurídico Substituto. A Chesf não tem conhecimento da existência, nos últimos 5 anos, de condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado o Sr. Mauricyo José Andrade Correia para prática de atividade profissional ou comercial.

**12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.**

Nome	Quantidade de reuniões ocorridas após a posse	% de participação
Elvira Baracuchy Cavalcanti Presta	Não se aplica	
Fábio Lopes Alves	12	100%
Geraldo Julião Júnior	23	92%
Luiz Roberto Bezerra	Não se aplica	
Robstaine Alves Saraiva	Não se aplica	
Wilson Pinto Ferreira Júnior	35	100%
Mauricyo José Andrade Correia	35	97%

Percentual de participação nas reuniões considera o início de mandato do Conselheiro, na AGO de 2017 até 31/12/2018.

**Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

**i. qualquer condenação criminal**

A Chesf não tem conhecimento da existência, nos últimos 5 anos, de condenação criminal, que tenha suspenso ou inabilitado, os membros indicados ao Conselho de Administração.

**ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas**

A Chesf não tem conhecimento da existência, nos últimos 5 anos, de condenação em processo administrativo da CVM, que tenha suspenso ou inabilitado, os membros indicados ao Conselho de Administração.

**iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer**

A Chesf não tem conhecimento da existência, nos últimos 5 anos, de qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado os membros indicados ao Conselho de Administração para prática de atividade profissional ou comercial.

**12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.**

Não se aplica.



**12.8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.**

Não de aplica.

**12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

**a. administrador do emissor**

**b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor**

**c. administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas, e controladores diretos ou indiretos do emissor**

**d. administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor**

Não há relações conjugais, uniões estáveis ou de parentesco até o segundo grau, dos administradores da Companhia, entre si, e com os administradores ou controladores das sociedades controladas ou controladoras, direta ou indireta, da Companhia.

**12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**

**a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social**

Nenhum dos membros indicados ao Conselho de Administração possui relação de subordinação, prestação de serviço ou controle em sociedade controlada direta ou indiretamente.

**b. controlador direto ou indireto do emissor**

Nome	Cargo/Função do Administrador	Nome empresarial da pessoa relacionada	Tipo de pessoa	CNPJ	Cargo ou função do Administrador na pessoa relacionada	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Exercício Social
Elvira Baracuchy Cavalcanti Presta	Membro do Conselho de Administração	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras	Pessoa Jurídica	00.001.180/0001-26	Diretora Financeira e de Relações com Investidores da Eletrobras	Subordinação	Controlador Direto	
Wilson Pinto Ferreira Júnior	Membro do Conselho de Administração	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras	Pessoa Jurídica	00.001.180/0001-26	Presidente da Eletrobras	Subordinação	Controlador Direto	

**c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas**

Nenhum dos membros indicados ao Conselho de Administração possui relação de subordinação, prestação de serviço ou controle em fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

## ANEXO 04

### INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS CANDIDATOS PARA O CONSELHO FISCAL INDICADOS PELOS ACIONISTAS CONTROLADORES EM CUMPRIMENTO AO ART. 10º DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009

#### 12.5 Informações dos membros do Conselho Fiscal:

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF	Cargo eletivo ocupado	Data eleição	Data posse	Prazo mandato	Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Eleito pelo controlador	Membro independente	Nº mandatos consecutivos
Domingos Romeu Andreatta	13/09/1980	Engenheiro Eletricista	030.548.069-36	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	29/04/2019	29/04/2019	Até a AGO-2021	Não	Sim	Não	1
Hélio Mourinho Garcia Júnior	20/06/1958	Oficial da Reserva da Marinha do Brasil	434.241.047-87	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	29/04/2019	29/04/2019	Até a AGO-2021	Não	Sim	Não	1
Denis do Prado Netto	16/08/1966	Economista	562.990.106-06	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	29/04/2019	29/04/2019	Até a AGO-2021	Não	Sim	Não	2
Jáirez Elói de Sousa Paulista	16.04.1954	Administrador de Empresas	059.622.001-44	Membro Suplente do Conselho Fiscal	29/04/2019	29/04/2019	Até a AGO-2021	Não	Sim	Não	2
Evandro César Dias Gomes	13.08.1972	Bacharel em Direito	662.292.270-53	Membro Suplente do Conselho Fiscal	29/04/2019	29/04/2019	Até a AGO-2021	Não	Sim	Não	2
Luisa Helena Freitas de Sá Cavalcante	04/06/1965	Engenheira Civil	382.949.583-87	Membro Suplente do Conselho Fiscal	29/04/2019	29/04/2019	Até a AGO-2021	Não	Sim	Não	2

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor

#### **Domingos Romeu Andreatta – Membro Efetivo do Conselho Fiscal**

O Sr. Domingos Romeu Andreatta foi graduado Engenheiro Eletricista pela Universidade Federal de Santa Catarina em 2002. Realizou o curso de Especialização em Gestão de Segurança da Informação e Comunicações na Universidade de Brasília, em 2010, MBA em Gerenciamento de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, em 2016, MBA Executivo em Finanças pelo Ibmec, em 2017, concluiu o Programa SEST de Capacitação para Conselheiros de Administração da União, pela Fundação Dom Cabral, em 2018, o curso de Administradores de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista em Face da Lei 13.303, pela JML Consultoria & Eventos, em 2017, o curso de atualização de Administradores de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista em Face da Lei 13.303, pela JML Consultoria & Eventos, em 2018.

#### **Hélio Mourinho Garcia Júnior - Membro Efetivo do Conselho Fiscal**

O Sr. Hélio Mourinho Garcia Júnior foi graduado Guarda Marinha e Bacharel em Administração pela Escola Naval em dezembro de 1979, tendo sido promovido ao posto de Contra-Almirante em março de 2009, de Vice-Almirante em março de 2013, entrando para a reserva remunerada em maio de 2017. Realizou o curso de pós-graduação em Aperfeiçoamento de Intendência para Oficiais, em 1984, mestrado em Comando e Estado-Maior pela Escola de Guerra Naval, em 1994, e o Curso de Altos Estudos da Escola Superior de Guerra – ESG em 2004. Participou de diversas comissões, destacando-se Membro da Comissão de Promoção de Oficiais, no período de 2015 a 2017, Diretor de Abastecimento da Marinha, de 2013 a 2017, Gerente de Administração e Finanças da Coordenadoria-Geral do Desenvolvimento do Submarino Nuclear, de 2010 a 2013, Presidente da Caixa de Construções de Casas Para o Pessoal da Marinha, de 2009 a 2010, Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral da Marinha, de 2008 a 2009, Assessor Chefe do Gabinete do Comandante da Marinha, de 2007 a 2008, Diretor do Centro de Controle de Inventários da



Marinha, de 2005 a 2007, Assessor de Planejamento Orçamentário do Estado-Maior da Armada, de 2002 a 2004, Diretor do Centro de Catalogação das Forças Armadas do Estado-Maior das Forças Armadas, de 1997 a 2001, Assessor Administrativo da Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa em Washinton, DC – EUA, de 1995 a 1997, Gestor da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, de 1987 a 1991, atuou na Diretoria de Administração da Marinha, de 1985 a 1987 e de 1991 a 1994, Gestor do Batalhão de Serviços da Divisão Anfíbia do Corpo de Fuzileiros Navais, de 1981 a 1984, fez parte do 3º Batalhão de Infantaria do Corpo de Fuzileiros Navais – Batalhão Paissandu, de 1980 a 1981. Foi membro do Conselho de Administração da Empresa Gerencial de Projetos Navais – EMGEPON, em 2007, presidente do Conselho Fiscal da Empresa AMAZUL, de 2016 a 2017, Presidente do Conselho de Gestão da Caixa de Construções de Casas Para o Pessoal da Marinha, de 2009 a 2010, Presidente do Conselho de Gestão da Diretoria de Abastecimento da Marinha, de 2013 a 2017, Membro do Conselho de Administração da Associação de Cooperação e Apoio Naval, em 2018, Presidente do Conselho de Gestão da Associação de Cooperação e Apoio Naval, em 2018.

#### **Denis do Prado Netto - Membro Efetivo do Conselho Fiscal**

Formado em Ciências Econômicas pelo Uniceub (1995), com Pós Graduação em Gestão da Dívida Pública pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (2004), e mestrado em Economia do Setor Público pela Universidade de Brasília-UnB (2011), tendo participado de diversos cursos na área de finanças públicas, como Programación y Políticas Financeiras, promovido pelo IMF Institute – Washington – DC (2007). Profissionalmente, atuou no Banco de Brasília S.A. – BRB e desde 1998, é servidor de carreira da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, onde atualmente exerce a função de Coordenador Geral de Haveres Financeiros. Foi representante do Tesouro Nacional nos Conselhos Fiscais da Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP, Boa Vista Energia S.A., Companhia das Docas da Bahia – CODEBA, e Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP. Foi eleito em 27 de abril de 2017, membro efetivo do Conselho Fiscal da Chesf na AGE nº 69 da Companhia, representante do Tesouro Nacional.

#### **Jairez Elói de Sousa Paulista - Membro Suplente do Conselho Fiscal**

Formado em Administração de Empresas, especialização em Desenvolvimento de Recursos Humanos e Mestrado em Gestão Empresarial. Atuação profissional preponderante na área de Administração, com experiências e trabalhos desenvolvidos em todos os segmentos de atividades desta área, tais como planejamento, orçamento e finanças, logística, organização, sistemas e métodos, sistemas de qualidade, tecnologia da informação e em administração de recursos humanos/gestão de pessoas. Tem significativa experiência em Gestão da Ética Pública, tendo sido Presidente de Comissão Setorial de Ética por vários exercícios e ponto focal junto à Comissão de Ética Pública da Presidência da República. Exerceu, também, docência universitária por mais de vinte anos, em disciplinas de Administração Geral. Atuou também como Membro do Conselho de Fiscal da Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras e também do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas do Norte do Brasil – Eletronorte. É membro suplente do Conselho Fiscal da Chesf desde abril de 2017

#### **Evandro César Dias Gomes - Membro Suplente do Conselho Fiscal**

Formado em Comunicação Social (1996), em Direito (2002) e Mestrado em Direitos Fundamentais (2006) pelo Programa de Pós-graduação em Direito, todos pela Ulbra - Universidade Luterana do Brasil, RS. Atualmente é Diretor Superintendente da Banrisul Armazéns Gerais S.A., professor do Centro Universitário La Salle e sócio-proprietário do escritório Dias Gomes & Advogados Associados. Tem experiência na área de Direito e de Comunicação Social, com ênfase em Direito Civil, Imobiliário e Administrativo e comunicação para o setor público. É membro suplente do Conselho Fiscal da Chesf desde abril de 2017.

#### **Luisa Helena Freitas de Sá Cavalcante – Membro Suplente do Conselho Fiscal**

Graduada em Engenharia Civil na Universidade Federal do Ceará, com Pós-graduação em Economia de empresa pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR e Mestrado em Economia na CAEN/Universidade Federal do Ceará – UFC. Possui diversos cursos de aperfeiçoamento, tais como: Curso de extensão em análise de empresas estatais – Módulo I e II – ESAF (2013 e 2014), Curso de orçamento e contabilidade pública – Centresaf/DF (2006), Curso para conselheiros

fiscais – Centresaf/DF (2004), dentre outros. Atuou profissionalmente na Construtora Ribeiro Moreira Ltda – Fortaleza – CE (1988-1996); na Construtora Colmeia Ltda Fortaleza, CE (1996 – 1998); como coordenadora do Núcleo de Infra-Estrutura (1999 - 2000); como assessora técnica do Gabinete do Secretário (2000 - 2001); como coordenadora do Projeto Açude Castanhão (2001); no Governo do Estado do Ceará - Secretaria da Agricultura Irrigada (1999 – 2003). Atualmente atua como auditora federal de finanças e controle no cargo de gerência (desde 2008) e na Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda (desde 2003). Atuou como Conselheira Fiscal da Companhia de Navegação do São Francisco – FRANAVE (2006) e da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre – TRENSURB (2010-2014). Atualmente atua como suplente de conselheiro fiscal da Nuclebrás Equipamentos Pesados Fiscais S.A – NUCLEP (desde 2004), como conselheira fiscal da Companhia Docas do Ceará - CDC (desde março de 2014) e foi eleita em 27 de abril de 2017, membro suplente do Conselho Fiscal da Chesf na AGE nº 69 da Companhia, representante do Tesouro Nacional.

**12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.**

Nome	Quantidade de reuniões ocorridas após a posse	% de participação
Domingos Romeu Andreato (Efetivo)	Não se aplica	
Hélio Mourinho Garcia Júnior (Efetivo)	Não se aplica	
Denis do Prado Netto (Efetivo)	21	100%
Jairez Elói de Sousa Paulista	Não se aplica	
Evandro César Dias Gomes	Não se aplica	
Luisa Helena Freitas De Sá Cavalcante (Suplente)	Não se aplica	

Percentual de participação nas reuniões considera o início de mandato do Conselheiro, na AGO de 2017 até 31/12/2018. Membro suplente apenas participa das reuniões na ausência do conselheiro efetivo.

**Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

**i. qualquer condenação criminal**

A Chesf não tem conhecimento da existência, nos últimos 5 anos, de condenação criminal, que tenha suspenso ou inabilitado, os membros indicados ao Conselho Fiscal.

**ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas**

A Chesf não tem conhecimento da existência, nos últimos 5 anos, de condenação em processo administrativo da CVM, que tenha suspenso ou inabilitado, os membros indicados ao Conselho Fiscal.

**iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer**

A Chesf não tem conhecimento da existência, nos últimos 5 anos, de qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado os membros indicados ao Conselho Fiscal para prática de atividade profissional ou comercial.

**12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.**

Não se aplica.

**12.8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.**

Não se aplica.

**12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

- a. administrador do emissor**
- b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor**
- c. administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas, e controladores diretos ou indiretos do emissor**
- d. administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor**

Não se aplica.

**12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social**
- b. controlador direto ou indireto do emissor**
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas**

Não se aplica.

## ANEXO 05

### INFORMAÇÕES INDICADAS NO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA EM CUMPRIMENTO AO ART. 12 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009

#### 13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

##### 13.1 Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

###### a. objetivos da política ou prática de remuneração

Os objetivos da política e práticas visam remunerar os diretores e conselheiros da Companhia considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e a reputação profissional.

###### b. composição da remuneração, indicando:

###### i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A fixação da remuneração dos diretores e conselheiros da Companhia segue um processo já estabelecido em que o montante é aprovado na Assembleia Geral Ordinária - AGO, levando em consideração o período compreendido entre abril do ano de referência e março do ano subsequente.

No caso dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, os honorários mensais são fixados em um décimo do que, em média mensal, percebem os membros da Diretoria, excluídos os valores relativos a: adicional e abono pecuniário de férias; auxílio alimentação; despesas médicas e seguro de vida em grupo, bem como seguro funeral; ajuda de custo de transferência; auxílio refeição; participação nos lucros ou resultados e auxílio moradia.

A remuneração dos diretores compreende: (i) honorários; (ii) gratificação natalina; (iii) gratificação de férias; (iv) auxílio alimentação; (v) auxílio moradia; (vi) plano de saúde; (vii) seguro de vida; (viii) ajuda de custo; (ix) previdência complementar; (x) adicional de transferência; (xi) irredutibilidade; (xii) vantagem pessoal; (xiii) auxílio educacional; (xiv) periculosidade; (xv) seguro funeral; (xvi) quarentena; (xvii) RVA; (xviii) INSS e (xix) FGTS, facultando ao dirigente optar pela retribuição paga na sua empresa de origem, na hipótese desta ser superior ao valor nominal do honorário praticado. Não devem ser considerados para estes fins outros aumentos, tais como mérito, promoção e ajustes não lineares, inclusive na remuneração do empregado paradigma.

#### Conselho de Administração

COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	DESCRIÇÃO E OBJETIVOS
Remuneração Fixa Mensal	A remuneração dos membros do Conselho de Administração é fixada em 10% dos honorários médios mensais, pagos aos Membros da Diretoria Executiva, nos termos da Lei nº 9.292, de 12.07.1996 não computando os demais benefícios. A referida remuneração tem como objetivo remunerar os serviços de cada conselheiro administrativo, dentro do escopo de responsabilidade atribuído à sua função.
Remuneração Variável	Os membros do Conselho de Administração não são remunerados por Remuneração Variável.
Benefícios Pós-Emprego	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus ao benefício pós-emprego.
Cessação do Exercício do Cargo	Os membros do Conselho de Administração não são remunerados por benefício motivados pela cessação do exercício do cargo.
Remuneração Baseada em Ações	Os membros do Conselho de Administração não são remunerados por remunerações baseadas em ações.

COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	DESCRIÇÃO E OBJETIVOS
<b>Remuneração Fixa Mensal</b>	Englobam a remuneração fixa mensal todas as verbas que compõem a remuneração, tais como: honorários mensais, 13º salário, despesas médicas, adicional e abono pecuniário de férias, seguro de vida em grupo, auxílio alimentação, auxílio moradia, bem como, ajuda de custo de transferência, não devendo ser repassados aos respectivos honorários os mesmos benefícios que, eventualmente forem concedidos aos Empregados da Companhia, por ocasião da formalização do Acordo Coletivo de Trabalho. A referida remuneração tem como objetivo remunerar os serviços de cada diretor Estatutário, dentro do escopo de responsabilidade atribuído à sua função.
<b>Remuneração Variável</b>	Os membros da Diretoria Estatutária são remunerados por remuneração variável, com o fim de reconhecer a participação do diretor no desempenho da Companhia.
<b>Benefícios Pós-Emprego</b>	Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus a benefício pós-emprego na forma de contribuições a previdência complementar.
<b>Cessação do Exercício do Cargo</b>	Os membros da Diretoria Estatutária não são remunerados por benefício motivados pela cessação do exercício do cargo.
<b>Remuneração Baseada em Ações</b>	Os membros da Diretoria Estatutária não são remunerados por remunerações baseada em ações.

### Conselho Fiscal

COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	DESCRIÇÃO E OBJETIVOS
<b>Remuneração Fixa Mensal</b>	A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o limite da legislação vigente. A remuneração dos membros do Conselho fiscal é fixada em 10% dos honorários médios mensais e do 13º salário, pagos aos Membros da Diretoria Executiva, nos termos da Lei nº 9.292, de 12.07.1996, não computando os demais benefícios. A referida remuneração tem como objetivo remunerar os serviços de cada conselheiro, dentro do escopo de responsabilidade atribuído ao Conselho Fiscal da Companhia.
<b>Remuneração Variável</b>	Os membros do Conselho Fiscal não são remunerados por remuneração variável.
<b>Benefícios Pós-Emprego</b>	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus ao benefício pós-emprego.
<b>Cessação do Exercício do Cargo</b>	Os membros do Conselho Fiscal não são remunerados por benefício motivados pela cessação do exercício do cargo.
<b>Remuneração Baseada em Ações</b>	Os membros do Conselho Fiscal não são remunerados por remunerações baseada em ações.

### **ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total**

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total dos três últimos exercícios sociais foram, aproximadamente:

Composição da Remuneração	2018			2017			2016		
	Conselho de Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal	Conselho de Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal	Conselho de Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal
<b>Remuneração Fixa Mensal</b>									
Salário ou pró-labore	100%	82%	100%	100%	82%	100%	100%	84%	100%
Benefícios Diretos ou Indiretos	-	6%	-	-	6%	-	-	5%	-
Participação em comitês	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Remuneração Variável</b>									
Bônus	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação nos Resultados	-	1%	-	-	0%	-	-	1%	-
Participações em Reuniões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Benefícios Pós-Emprego</b>	-	11%	-	-	11%	-	-	11%	-
<b>Cessação do Exercício do Cargo</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Remuneração Baseada em Ações</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

### iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A fixação da remuneração global dos diretores, membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal segue um processo já estabelecido por meio do qual:

- (i) o montante referente à remuneração dos administradores acima mencionados é previamente definido pelo acionista controlador Eletrobras com a participação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, que define os valores individuais de remuneração de cada órgão de administração da Chesf;
- (ii) a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) encaminha o valor proposto para a remuneração dos administradores para aprovação da Secretaria do Tesouro Nacional;
- (iii) a Secretaria do Tesouro Nacional, após a aprovação do montante proposto, encaminha o referido montante, sob a forma de sugestão, para aprovação em Assembleia Geral Ordinária de Acionista da Chesf.

Caso qualquer dos órgãos acima indicados não aprove o montante correspondente à remuneração da Administração da Eletrobras, o processo é remetido de volta ao órgão anterior para revisão.

A remuneração da Administração da Chesf é reajustada conforme a variação dos índices oficiais que determinam a inflação.

### iv. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração dos administradores da Companhia é estabelecida pelos acionistas majoritários com a participação do órgão controlador (MPOG/SEST) levando-se em consideração o índice inflacionário, que se justificam pela responsabilidade do cargo a eles atribuído.

### v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não existe membros não remunerados pelo emissor.

### c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não há vinculação do desempenho em relação à **remuneração fixa** dos administradores, pois os valores são fixados pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e distribuídos pelo Conselho de Administração aos demais órgãos de administração da Companhia. O montante total da remuneração é aprovado na Assembleia Geral Ordinária, levando em consideração o período compreendido entre abril, do ano corrente, a março do ano subsequente.

Com relação à **remuneração variável** dos administradores, os indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação da referida remuneração são: (i) liquidez corrente, (ii) liquidez geral, e (iii) Despesa de Pessoal, Material e Serviço sobre a Receita de Operações com Energia Elétrica.

O Programa de Remuneração Variável está vinculado com as metas de desempenho estabelecidas no Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE, tanto para os empregados quanto para a Diretoria Executiva, nos termos acertados com a Eletrobras e em alinhamento com as diretrizes definidas pelos órgãos de controle.

**d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

- ✓ Salário ou pró-labore: remuneração fixa, sem indicador vinculado.
- ✓ Benefícios diretos e indiretos: sem indicador vinculado.
- ✓ Participação em Comitês: a Companhia não pratica a referida remuneração.
- ✓ Bônus: Os membros da Diretoria Estatutária receberão remuneração variável, com o fim de reconhecer a participação do diretor no desempenho da Companhia.
- ✓ Participação nos Lucros e Resultados (PLR): Os membros da Diretoria Estatutária da Chesf recebem Participação nos Lucros ou Resultados - PLR como remuneração variável. A referida remuneração é estruturada para refletir o atendimento de indicadores de desempenho negociados com a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) e por ocasião das negociações de Acordos Coletivos de Trabalho entre a Companhia e as entidades sindicais. Os referidos indicadores também estão alinhados como resultados financeiros apresentados pela Companhia no exercício social.
- ✓ Participação em reuniões: a Chesf não pratica a referida remuneração.
- ✓ Comissões: a Chesf não pratica a referida remuneração.
- ✓ Benefícios pós-emprego: sem indicador vinculado.
- ✓ Cessação de cargo: a Chesf não pratica a referida remuneração.
- ✓ Remuneração baseada em ações: a Chesf não pratica a referida remuneração.

**e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

A remuneração dos Diretores e Conselheiros da Companhia busca promover o reconhecimento e um alinhamento às estratégias de curto, médio e longo prazos. Conforme mencionado no item 13.1b alínea “i”, a política de remuneração baseia-se em componentes fixos e variáveis, visa o incentivo da melhoria da gestão da companhia e permanência de seus executivos.

**f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Não praticado.

**g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Não praticado.

**13.2 Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**

Órgão	2019			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	5,00	3,00	15,00
Nº de membros remunerados	7,00	5,00	3,00	15,00
<b>Remuneração fixa anual:</b>				
- Salário ou pró-labore	420.062,37	3.255.612,77	180.026,73	3.855.701,87
- Benefícios direto e indireto	0,00	1.707.510,08	0,00	1.707.510,08
- Participações em comitês	-	-	-	0,00
- Outros	-	-	-	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável:</b>				
- Bônus	-	0,00	-	0,00
- Participação de resultados	-	0,00	-	0,00



· Participação em reuniões	-	-	-	0,00
· Comissões	-	-	-	0,00
· Outros	-	0,00	-	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>		400.059,61		400.059,61
<b>Cessação do cargo</b>	-	-	-	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	-	-	-	0,00
<b>Total da remuneração</b>	<b>420.062,37</b>	<b>5.363.182,46</b>	<b>180.026,73</b>	<b>5.963.271,56</b>

\*Os valores de 2019 são estimados, sujeitos a alterações na Assembleia Geral Ordinária – AGO. Os valores de janeiro a março de 2019 estão baseados na aprovação realizada na AGO/2018, para o período de abril/2018 a março/2019, e os valores de abril a dezembro de 2019 estão baseados na proposta que será submetida a AGO/2019. Os valores acima apresentados não incluem encargos.

Órgão	2018			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº total de membros</b>	6,00	5,00	3,00	14,00
<b>Nº de membros remunerados</b>	6,00	4,75	3,00	13,75
<b>Remuneração fixa anual:</b>				
· Salário ou pró-labore	269.801,17	3.027.669,64	162.265,32	3.459.736,13
· Benefícios direto e indireto	-	231.824,69	-	231.824,69
· Participações em comitês	-	-	-	0,00
· Outros	-	-	-	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável:</b>				
· Bônus	-	-	-	0,00
· Participação de resultados	-	20.619,23	-	20.619,23
· Participação em reuniões	-	-	-	0,00
· Comissões	-	-	-	0,00
· Outros	-	0,00	-	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	-	394.431,48	-	394.431,48
<b>Cessação do cargo</b>	-	0,00	-	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	-	-	-	0,00
<b>Total da remuneração</b>	<b>269.801,17</b>	<b>3.674.545,04</b>	<b>162.265,32</b>	<b>4.106.611,53</b>

Órgão	2017			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº total de membros</b>	6,00	5,00	3,00	14,00
<b>Nº de membros remunerados</b>	4,50	5,17	2,83	12,50
<b>Remuneração fixa anual:</b>				
· Salário ou pró-labore	239.611,52	3.163.794,35	155.194,94	3.558.600,81
· Benefícios direto e indireto	-	234.864,41	-	234.864,41
· Participações em comitês	-	-	-	-
· Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável:</b>				
· Bônus	-	-	-	-
· Participação de resultados	-	14.610,89	-	14.610,89
· Participação em reuniões	-	-	-	-
· Comissões	-	-	-	-
· Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	-	430.493,92	-	430.493,92
<b>Cessação do cargo</b>	-	-	-	-
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	-	-	-	-
<b>Total da remuneração</b>	<b>239.611,52</b>	<b>3.843.763,57</b>	<b>155.194,94</b>	<b>4.238.570,03</b>

Órgão	2016			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº total de membros</b>	6,00	5,00	3,00	14,00
<b>Nº de membros remunerados</b>	5,67	4,92	3,00	13,58
<b>Remuneração fixa anual:</b>				
· Salário ou pró-labore	311.321,65	2.958.578,61	165.774,78	3.435.675,04
· Benefícios direto e indireto	-	162.991,26	-	162.991,26
· Participações em comitês	-	-	-	-
· Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável:</b>				
· Bônus	-	-	-	-
· Participação de resultados	-	22.342,85	-	22.342,85
· Participação em reuniões	-	-	-	-
· Comissões	-	-	-	-
· Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	-	384.767,14	-	384.767,14
<b>Cessação do cargo</b>	-	-	-	-
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	-	-	-	-
<b>Total da remuneração</b>	<b>311.321,65</b>	<b>3.528.679,86</b>	<b>165.774,78</b>	<b>4.005.776,29</b>

### 13.3 Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Órgão	2019*			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Número de membros remunerados	6,00	5,00	3,00	14,00
<b>Em relação ao bônus:</b>				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	0,00
· Valor previsto no resultado do exercício	-	0,00	-	0,00
<b>Em relação a participação nos lucros:</b>				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	0,00
· Valor previsto no resultado do exercício	-	0,00	-	0,00
<b>Total da remuneração</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

(\*) Os valores de 2019 são estimados, sujeitos a alterações na Assembleia Geral Ordinária – AGO.

Órgão	2018			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Número de membros remunerados	-	1	-	1
<b>Em relação ao bônus:</b>				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	0,00
· Valor previsto no resultado do exercício	-	-	-	0,00
<b>Em relação a participação nos lucros:</b>				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	0,00
· Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	20.619,23	-	20.619,23
<b>Total da remuneração</b>	<b>0,00</b>	<b>20.619,23</b>	<b>0,00</b>	<b>20.619,23</b>

Órgão	2017			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Número de membros remunerados	-	1	-	1
<b>Em relação ao bônus:</b>				
- Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
- Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
- Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	0,00
- Valor previsto no resultado do exercício	-	-	-	0,00
<b>Em relação a participação nos lucros:</b>				
- Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
- Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
- Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	0,00
- Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	14.610,89	-	14.610,89
<b>Total da remuneração</b>	<b>0,00</b>	<b>14.610,89</b>	<b>0,00</b>	<b>14.610,89</b>

Órgão	2016			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Número de membros remunerados	-	1	-	1
<b>Em relação ao bônus:</b>				
- Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
- Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
- Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	0,00
- Valor previsto no resultado do exercício	-	-	-	0,00
<b>Em relação a participação nos lucros:</b>				
- Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
- Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
- Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	0,00
- Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	22.342,85	-	22.342,85
<b>Total da remuneração</b>	<b>0,00</b>	<b>22.342,85</b>	<b>0,00</b>	<b>22.342,85</b>

Este item não se aplica à remuneração dos conselheiros de Administração e Fiscal, que é composta exclusivamente por uma parte fixa.

#### **13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

A Companhia não pratica remuneração baseada em ações.

#### **13.5 Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

A Companhia não pratica remuneração baseada em ações.

#### **13.6 Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária**

Não aplicável em razão do disposto no item 13.4.

#### **13.7 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

Não aplicável em razão do disposto no item 13.4.

#### **13.8 Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções**

Não aplicável em razão do disposto no item 13.4.

### 13.9 Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão.

Título	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Ações Preferenciais (PN)	0	6	0

### 13.10 Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

A Companhia assegura fundo de pensão somente para os membros da sua Diretoria, não abrangendo os membros do Conselho de Administração, por meio dos seguintes planos:

- Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social – Fachesf
- Fundação Ceal de Assistência Social e Previdência - Faceal
- Brasilprev
- Caixa Seguradora

Ano	Órgão	Membros	Membros remunerados	Plano	Administradores que reúnem as condições para se aposentar	Condições de se aposentar antecipadamente	Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social	Valor total acumulado das contribuições realizadas durante último exercício social	Possibilidade de resgate antecipado e condições
2018	Diretoria	5	5,17	Fachesf	2	5 anos de contribuição; 50 anos; desligamento da patrocinadora.	R\$ 6.405.858,72	R\$ 226.581,27	5 anos de contribuição; 50 anos; desligamento da patrocinadora.
				Brasilprev	1	Não há condições, resgate a qualquer tempo.	R\$ 760.419,61	R\$ 26.460,00	Não há condições, resgate a qualquer tempo.
				Faceal		60 contribuições mensais; 120 meses de vínculo empregatício participante Original Plus e 180 meses para os demais; 50 anos participante Original Plus e 55 anos demais participantes; desligamento do patrocinador.	R\$ 406.636,35		60 contribuições mensais; 120 meses de vínculo empregatício participante Original Plus e 180 meses para os demais; 50 anos participante Original Plus e 55 anos demais participantes; desligamento do patrocinador.
				Caixa Previdência	3	Não há condições, resgate a qualquer tempo.	R\$ 298.385,02	R\$ 146.716,51	Não há condições, resgate a qualquer tempo.

2017	Diretoria	5	5,17	Fachesf	3	5 anos de contribuição; 50 anos; desligamento da patrocinadora.	R\$ 6.179.277,45	R\$ 244.330,67	5 anos de contribuição; 50 anos; desligamento da patrocinadora.
				Brasilprev	1	Não há condições, resgate a qualquer tempo.	R\$ 733.959,61	R\$ 30.241,62	Não há condições, resgate a qualquer tempo.
				Faceal	1	60 contribuições mensais; 120 meses de vínculo empregatício participante Original Plus e 180 meses para os demais; 50 anos participante Original Plus e 55 anos demais participantes; desligamento do patrocinador.	R\$ 406.636,35	R\$ 70.156,71	60 contribuições mensais; 120 meses de vínculo empregatício participante Original Plus e 180 meses para os demais; 50 anos participante Original Plus e 55 anos demais participantes; desligamento do patrocinador.
				Caixa Previdenciária	3	Não há condições, resgate a qualquer tempo.	R\$ 151.668,51	R\$ 131.171,41	Não há condições, resgate a qualquer tempo.
2016	Diretoria	5	4,92	Fachesf	3	5 anos de contribuição; 50 anos; desligamento da patrocinadora.	R\$ 5.934.946,78	R\$ 205.152,61	5 anos de contribuição; 50 anos; desligamento da patrocinadora.
				Brasilprev	2	Não há condições, resgate a qualquer tempo.	R\$ 703.717,99	R\$ 88.960,72	Não há condições, resgate a qualquer tempo.
				Faceal	1	60 contribuições mensais; 120 meses de vínculo empregatício participante Original Plus e 180 meses para os demais; 50 anos participante Original Plus e 55 anos demais participantes; desligamento do patrocinador.	R\$ 406.636,35	R\$ 70.156,71	60 contribuições mensais; 120 meses de vínculo empregatício participante Original Plus e 180 meses para os demais; 50 anos participante Original Plus e 55 anos demais participantes; desligamento do patrocinador.

			Caixa Previdenciária	1	Não há condições, resgate a qualquer tempo.	R\$ 20.497,10	R\$ 20.497,10	Não há condições, resgate a qualquer tempo.
--	--	--	----------------------	---	---	---------------	---------------	---

Os planos de previdência possuem condições e regras específicas para o resgate antecipado. O plano de previdência complementar da Fachesf prevê a possibilidade de resgate da totalidade das contribuições efetuadas pelos participantes, assim como de 90% da parte paga pela Companhia, depois de determinado tempo de contribuição. Todos os diretores detentores do plano de previdência da Fachesf já são elegíveis ao resgate nessas condições.

### 13.11 Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

		Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
<b>2018</b>	número de membros	6,00	5,00	3,00
	número de membros remunerados	6,00	4,75	3,00
	valor da maior remuneração individual	R\$ 54.088,44	R\$ 1.039.548,23	R\$ 54.088,44
	valor da menor remuneração individual	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	valor médio da remuneração individual	R\$ 44.966,86	R\$ 773.588,43	R\$ 54.088,44
<b>2017</b>	número de membros	6,00	5,00	3,00
	número de membros remunerados	4,50	5,17	2,83
	valor da maior remuneração individual	R\$ 54.795,48	R\$ 990.596,04	R\$ 54.795,48
	valor da menor remuneração individual	R\$ 1.779,00	R\$ 24.810,42	R\$ 13.787,25
	valor médio da remuneração individual	R\$ 53.247,00	R\$ 743.954,24	R\$ 54.774,68
<b>2016</b>	número de membros	6,00	5,00	3,00
	número de membros remunerados	5,67	4,92	3,00
	valor da maior remuneração individual	R\$ 55.476,78	R\$ 837.846,42	R\$ 55.476,78
	valor da menor remuneração individual	R\$ 15.576,14	R\$ 219.720,56	R\$ 22.978,75
	valor médio da remuneração individual	R\$ 54.939,11	R\$ 717.697,60	R\$ 55.258,26

Mês	2018			2017			2016		
	Conselho Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal	Conselho Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal	Conselho Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal
Janeiro	6	5	3	6	6	3	6	5	3
Fevereiro	6	5	3	5	5	3	6	5	3
Março	6	5	3	5	5	3	6	5	3
Abril	6	5	3	3	5	1	6	5	3
Mai	6	6	3	4	5	3	6	5	3
Junho	6	5	3	4	5	3	6	4	3
Julho	6	5	3	4	5	3	6	4	3
Agosto	6	5	3	4	5	3	6	5	3
Setembro	6	4	3	4	5	3	5	6	3
Outubro	6	4	3	5	5	3	5	5	3
Novembro	6	4	3	5	6	3	5	5	3
Dezembro	6	4	3	5	5	3	5	5	3
<b>Total</b>	<b>72</b>	<b>57</b>	<b>36</b>	<b>54</b>	<b>62</b>	<b>34</b>	<b>68</b>	<b>59</b>	<b>36</b>
<b>Média</b>	<b>6,00</b>	<b>4,75</b>	<b>3,00</b>	<b>4,50</b>	<b>5,17</b>	<b>2,83</b>	<b>5,67</b>	<b>4,92</b>	<b>3,00</b>

### **13.12 Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria**

A Companhia não possui mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

### **13.13 Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores.**

Na remuneração total devida pelos administradores e membros do conselho fiscal nenhum percentual se refere a partes relacionadas aos controladores da Companhia.

### **13.14 Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam.**

Os administradores e os membros do conselho fiscal não recebem remuneração por qualquer razão que não a função que ocupam.

### **13.15 Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.**

Os administradores e os membros do conselho fiscal não recebem remuneração reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

### **13.16 Outras informações relevantes.**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos próprios itens.

\* \* \*



**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Com vistas ao atendimento do disposto no §4º do art. 202 da Lei nº 6.404/76, o Conselho Fiscal da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF, examinou as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração, e a Proposta da Administração para a 71ª Assembleia Geral Ordinária, todos referentes ao exercício findo em 31.12.2018, assim como buscou informações complementares junto aos técnicos da empresa.

De acordo com o contido nos referidos documentos, e também com as informações adicionais prestadas, constata-se que a CHESF, a despeito de ter apurado lucro líquido no exercício de 2018 de R\$ 267,8 milhões, se viu obrigada por força da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 47 a promover ajustes relativos a exercícios anteriores, que implicaram em R\$ 1.499,1 milhões, totalizando o montante de R\$ 1.766,9 milhões, que após a constituição da reserva legal e reserva de incentivos fiscais, chega a um montante de R\$ 1.638,1 milhões a serem distribuídos.

A distribuição integral dessa quantia, a despeito da melhoria observada na geração operacional de caixa medida pelo EBITDA Ajustado, que passou de R\$ 589,9 milhões em 2017 para R\$ 720,1 milhões em 2018, e da redução do endividamento com o sistema financeiro e com a controladora, que passou de R\$ 2.244,3 milhões para R\$ 1.650,3 milhões, pode dificultar a gestão de caixa no próximo exercício pelos seguintes fatores:

- a. incerteza acerca da efetiva transferência das ações para a Eletrobras das SPE's que lhe foram dadas pela CHESF por meio da dação em pagamento, o que pode inviabilizar a amortização de parte da dívida contratual da última com a primeira;
- b. existência de ações com risco de perda provável que, a despeito dos provisionamentos efetuados, podem pressionar o caixa da empresa no caso de decisão judicial conclusiva e uma subsequente execução, como aquela que envolve a GSF (R\$ 831,4 milhões, provisionados);
- c. a necessidade de aportes de recursos em SPE's;
- d. o principal da dívida previsto para o exercício de 2019, que deve requerer desembolso de R\$ 555,8 milhões.

Dessa forma, o Conselho Fiscal entende que a retenção de parte do dividendo obrigatório sob a forma de reserva especial, nos termos propostos pela diretoria, pode, diante das incertezas existentes, tornar a gestão de caixa da empresa menos vulnerável à materialização de riscos, reduzindo assim a necessidade de se recorrer a fundos da controladora ou do sistema financeiro, ou de se promover ajustes orçamentários que venham a retardar investimentos, comprometendo os compromissos assumidos pela CHESF perante o agente regulador.

Recife, 22 de março de 2019.

  
Pedro Gaudêncio de Castro  
**Presidente**

  
Orlando Henrique Costa de  
Oliveira  
**Conselheiro**

  
Denis do Prado Netto  
**Conselheiro**